

RELATÓRIO DE RESULTADOS

DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DÍALOGO • UNIDADE • TRANSPARÊNCIA • PROFISSIONALISMO • EFETIVIDADE

2015 ... 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL





Procurador-Geral da República

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Vice-Procuradora-Geral da República *(até agosto de 2016)*

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Vice-Procurador-Geral da República *(a partir de setembro de 2016)*

José Bonifácio Borges de Andrada

Vice-Procurador-Geral Eleitoral *(até março de 2016)*

Eugênio José Guilherme de Aragão

Vice-Procurador-Geral Eleitoral *(a partir de abril de 2016)*

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Ouvidora-Geral do MPF

Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Corregedor-Geral do MPF

Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho

Secretário-Geral do MPU *(até junho de 2016)*

Lauro Pinto Cardoso Neto

Secretário-Geral do MPU *(a partir de junho de 2016)*

Blal Yassine Dalloul

Secretário-Geral Adjunto do MPU *(até junho de 2016)*

Flávio Oliveira Barboza

Secretário-Geral Adjunto do MPU *(a partir de junho de 2016)*

Wilson Rocha de Almeida Neto



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE RESULTADOS

DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DÍALOGO • UNIDADE • TRANSPARÊNCIA • PROFISSIONALISMO • EFETIVIDADE

2015...2016

MPF

BRASÍLIA | DF | 2016

© 2016 – MPF

Todos os direitos reservados ao Ministério Público Federal

Disponível, também, em versão eletrônica

Organização e coordenação

Secretaria-Geral

Projeto gráfico, revisão e diagramação

Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Infográficos

Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Fotos

João Américo

Normalização Bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

Procuradoria-Geral da República

SAF Sul Quadra 4 Conj. C

CEP 70050-900 Brasília – DF

Telefone: (61) 3105-5100

www.mpf.mp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal.

Relatório de resultados do Procurador-Geral da República : diálogo, unidade, transparência, profissionalismo, efetividade: 2015-2016 / Ministério Público Federal. – Brasília : MPF, 2016.

53p. il. color.

Publicado, também, em versão eletrônica.

1. Procurador-Geral da República – relatório – Brasil. I. Brasil. Ministério Público Federal. II. Título.

Cddir 341.43

Apresentação

A Procuradoria-Geral da República, no período de 2015 a 2016, pautou seus trabalhos por diretrizes de aprimoramento do diálogo institucional e pela realização de ações que favoreceram a unidade, o profissionalismo, a efetividade e a transparência. Esses direcionamentos da atuação convergiram para oferecer resultados concretos à sociedade.

Mantendo o combate à corrupção como umas das prioridades institucionais, resultados vultuosos foram obtidos nas várias temáticas de atuação. Nesse momento único da história da nossa República, com grandes casos de repercussão nacional, a relação institucional com o Poder Judiciário apresenta uma intensidade positiva. As relações institucionais com os Poderes Executivo e Legislativo foram igualmente preservadas, como não poderia deixar de acontecer.

Nessa perspectiva, cabe apontar que o trabalho realizado pela Força-Tarefa Lava Jato possui como vetor o apontamento de fatos delituosos concretos e de seus responsáveis. Prezando pela transparência, o site da operação ultrapassou 2,2 milhões de acessos. Estão disponíveis nesse espaço detalhes sobre o caso, além das denúncias oferecidas, ações de improbidade e decisões da justiça. Acreditamos que o controle público tem favorecido importantes resultados institucionais obtidos até o momento.

Para além do trabalho nas investigações, nós, do Ministério Público, também apresentamos nossa contribuição essencial para alterar o cenário de corrupção que se apresenta: as Dez Medidas contra a Corrupção. As propostas legislativas conseguiram 2,1 milhões de assinaturas, com apoio de diversos segmentos da sociedade civil, e resultaram no Projeto de Lei nº 4.850/2016, que está sendo discutido na Câmara dos Deputados em diversas audiências públicas. Esse esforço ressalta as ações realizadas em prol do diálogo institucional e o empenho em combater as condicionantes que favorecem a corrupção.

Contribuindo para a unidade institucional no período, destaca-se a marca ultrapassada da publicação de 300 teses jurídicas da PGR com o Supremo Tribunal Federal. As teses representam o entendimento da Procuradoria-Geral da República, que, após estudo aprofundado, publica enunciados padronizados permitindo que membros, servidores e comunidade jurídica tenham acesso aos documentos elaborados. Assim, garantimos também a transparência desses entendimentos e fortalecemos a segurança jurídica do país.

Visando à efetividade e sem condescender com a perpetuação da impunidade, foram institucionalizadas diversas forças-tarefas. O suporte fornecido às operações Lava Jato, Ararath e Zelotes demonstra e exemplifica o profícuo empenho do Ministério Público.

A Força-Tarefa Ararath, que apurou a prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e lavagem de dinheiro, encerrou suas atividades em maio deste ano com mais de 17 denúncias e obteve a indisponibilização de quase meio bilhão de reais durante os 18 meses de trabalho.

Já a Força-Tarefa Zelotes apura suspeitas de manipulação de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), tribunal administrativo ligado ao Ministério da Fazenda. Desde o início das investigações, foram instaurados vários inquéritos que analisam casos envolvendo contribuintes de todo o país. Ao todo, a instituição já enviou à Justiça Federal quatro ações penais que pedem a responsabilização de dezenas de pessoas acusadas de praticar crimes como corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e tráfico de influência.

Para atuar na Operação Lava Jato, a Procuradoria-Geral da República criou força-tarefa na Procuradoria da República no Paraná e o grupo de trabalho para atuar no Supremo Tribunal Federal. E, no último ano, foram instituídas novas frentes de trabalho: uma força-tarefa para atuar nos feitos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a designação de integrantes do MPF em São Paulo e no Rio de Janeiro para atuar nos processos desmembrados para aqueles estados. Além do reforço para contribuir com a Operação Lava Jato de forma sistêmica e nas várias instâncias da justiça, as forças-tarefas do Paraná e do Rio de Janeiro foram prorrogadas, demonstrando o compromisso institucional para seguir com efetividade na investigação.

Entre seus resultados, a Lava Jato solicitou ressarcimentos que ultrapassam R\$ 21,8 bilhões, valor

que representa, comparativamente, 357% de todo o orçamento do Ministério Público Federal de 2014 e 2015 somados. Outros resultados da Lava Jato nos últimos doze meses merecem destaque: a elevação do número de investigados de 54 para 364, entre pessoas físicas e jurídicas, e a marca ultrapassada da recuperação de R\$ 2,9 bilhões para os cofres públicos – havendo mais R\$ 2,4 bilhões em bens bloqueados dos réus.

Ainda conquistamos no Gabinete do PGR, em dezembro de 2015, o reconhecimento da Certificação Internacional de Qualidade ISO 9001. Em coerência com a diretriz do profissionalismo institucional, o processo de certificação de qualidade explicitou a contínua redução do acervo no gabinete e a priorização dos processos de repercussão geral. Para obter o certificado, implementamos procedimentos obrigatórios, como controle de documentos e de registros, auditoria interna, cumprimento da legislação pertinente e implementação da política e dos objetivos de qualidade.

Este relatório foi elaborado para prestar contas de forma clara e sintética. Frutos de realização coletiva, integrada e coordenada poderão ser vistos como resultados de reformas estruturais e imprescindíveis para o melhor funcionamento institucional. Essas reformas buscam dar resposta a um momento em que a sociedade brasileira está pronta para uma virada histórica com rigor no combate à corrupção e o fim da impunidade no trato da coisa pública.

Convido o leitor a conhecer esses e outros resultados da gestão em 2015 e 2016.

Boa leitura!



Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

Lista de abreviaturas

ACO - Ação Cível Originária	MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade
AIAMP - Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos	MoU - Memorandos de Entendimento
AIP - Associação Internacional de Procuradores	MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
ATS - Assessorias Técnicas de Segurança	MPF - Ministério Público Federal
BI - Business Intelligence	OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
BSC - Balanced Scorecard	OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
Carf - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	OEA - Organização dos Estados Americanos
CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	OIT - Organização Internacional do Trabalho
CCRs - Câmaras de Coordenação e Revisão	ONU - Organização das Nações Unidas
Ceja - Centro de Estudos de Justiça das Américas	PDCN - Plano Diretor da Corregedoria Nacional
CGCE - Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia do CNMP	PDGP - Plano Diretor de Gestão de Pessoas
CGE - Comitê de Gestão Estratégica	PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público	PEC - Plano Estratégico de Capacitação
CPIs - Comissões Parlamentares de Inquérito	PEI - Planejamento Estratégico Institucional
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	PF - Polícia Federal
CSMPF - Conselho Superior do Ministério Público Federal	PFDC - Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos
e-PCI - Procedimento de Cooperação Internacional Eletrônico	PL - Projeto de Lei
ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União	PROS - Partido Republicano da Ordem Social
GAFI/FATF - Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo	PSI - Plano de Segurança Institucional
Gise - Grupo de Investigações Sensíveis	REMPM - Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul
GT-IND - Grupo de Trabalho Indicadores	SAC - Sala de Atendimento ao Cidadão
GT-RISCOS - Grupo de Trabalho Riscos	SCI - Secretaria de Cooperação Internacional
IAP - Associação Internacional de Procuradores	SCMMP - Sistema Nacional de Cadastro de Membros do Ministério Público
ICE - Índice de Cumprimento da Estratégia	Senarc - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão	Spea - Secretaria de Pesquisa e Análise
LAI - Lei de Acesso à Informação	STF - Supremo Tribunal Federal
LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos	Stic - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
MIT - Massachusetts Institute of Technology	STJ - Superior Tribunal de Justiça
	TACs - Termos de Ajustamento de Conduta
	TCU - Tribunal de Contas da União
	TRFs - Tribunais Regionais Federais
	TSE - Tribunal Superior Eleitoral
	UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

Lista de figuras

Figura 1	Comparativos do Orçamento do MPF e com valores da Lava Jato (*valores em bilhões)	11
Figura 2	Quantidade de encontros por ator político.....	15
Figura 3	Resultados do Gabinete do Procurador-Geral da República.....	18
Figura 4	Fases do Processo de Modernização da Gestão do MPF	23
Figura 5	Indicador: Implantação do Planejamento Estratégico.....	24
Figura 6	Indicador: Planejamento Estratégico de TI.....	24
Figura 7	Indicador: Planejamento Orçamentário	25
Figura 8	Indicador: Cumprimento da Estratégia.....	25
Figura 9	Indicador: Cumprimento da LOA	25
Figura 10	Indicador: Capacitação Estratégica	26
Figura 11	Indicador: Rotatividade de membros.....	26
Figura 12	Indicador: Rotatividade de servidores.....	27
Figura 13	Indicador: Percepção de Imagem do MPF	27
Figura 14	Indicador: Repercussão na Mídia	27
Figura 15	Indicador: Proximidade física com o cidadão	28
Figura 16	Indicador: Transparência	28
Figura 17	Indicador: Apoio de pesquisa e análise de investigação.....	29
Figura 18	Indicador: Comunicação interna	29
Figura 19	Indicador: Segurança institucional	30
Figura 20	Indicador: Demandas periciais reprimidas.....	30
Figura 21	Indicador: Demandas periciais reprimidas.....	31
Figura 22	Indicador: Quantitativo de membros	31
Figura 23	Indicador: Quantitativo de servidores	31
Figura 24	Indicador: Quantitativo de enunciados publicados pelas CCRs	32
Figura 25	Indicador: Cumprimento de recomendações	32
Figura 26	Indicador: Termos de ajustamento de conduta (TACs).....	32
Figura 27	Indicador: Participação Legislativa.....	33
Figura 28	Situação do atendimento de manifestações	38
Figura 29	Quantidade de atendimentos da Ouvidoria do MPF por estado.....	39
Figura 30	Tempo médio de atendimento em 2016.....	40
Figura 31	Situação das manifestações recebidas nas salas de atendimento	40
Figura 32	Salas de Atendimento ao Cidadão por estado.....	41
Figura 33	Julgamentos e processos do CNMP.....	46
Figura 34	Histórico de decisões e julgamentos do CNMP	47

Sumário

1. RESULTADOS DA ATUAÇÃO NA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

1.1	Priorização do combate à corrupção.....	11
1.2	Dez medidas para mais efetividade no combate à corrupção	12
1.3	Síntese “em números” dos resultados da Lava Jato na 1ª instância.....	13
1.4	Síntese “em números” dos resultados da Lava Jato no STJ e STF.....	14
1.5	Profissionalismo reconhecido por certificado internacional de qualidade	14
1.6	Diálogo institucional com os Poderes da República	15
1.7	Celeridade nos autos do Gabinete do Procurador-Geral da República.....	17
1.8	Profissionalismo e efetividade na cooperação internacional	18
1.9	Avanços do processo eletrônico para autos judiciais e extrajudiciais.....	20

2. RESULTADOS DA ATUAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2.1	Planejamento Estratégico.....	22
2.2	Panorama dos indicadores estratégicos	24
2.3	Modernização dos gabinetes	33
2.4	Comunicação Social.....	35
2.5	Campanha nacional de combate à corrupção	36
2.6	Diálogo com a imprensa.....	36
2.7	Transparência.....	37
2.8	Aproximação com o cidadão.....	38
2.9	Ouvidoria.....	38
2.10	Atendimento ao cidadão e aos advogados.....	40
2.11	Produtividade da atuação finalística.....	41

3. RESULTADOS DA ATUAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.1	Atuação do CNMP em números.....	46
3.2	Atividades de controle	47
3.3	Atuação temática	48
3.4	Estrutura de governança.....	49
3.5	Gestão administrativa	50
3.6	Parcerias Institucionais.....	50
3.7	Relacionamento com a sociedade e o Ministério Público	51

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



1. RESULTADOS DA ATUAÇÃO NA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

1.1 Priorização do combate à corrupção

O combate à corrupção se manteve como prioridade para o Ministério Público entre 2015 e 2016. O trabalho em grupo em várias investigações demonstra a unidade institucional nesse sentido. Diante de resultados expressivos e desafios crescentes, a atuação na Operação Lava Jato foi reforçada em Curitiba e nos casos que envolvem pessoas com prerrogativa de foro. E, com os desmembramentos promovidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foram criadas novas frentes de trabalho no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em Brasília, um grupo de trabalho auxilia o procurador-geral da República na análise dos processos da Lava Jato em trâmite no STF. Instituída em janeiro de 2015, a equipe conta atualmente com nove integrantes efetivos e mais cinco membros colaboradores. O número de investigados já chega a **364**, entre pessoas físicas e jurídicas, divididos em **81** inquéritos. Há 15 denúncias relacionadas a 18 desses inquéritos, com acusações contra 48 pessoas.

Em Curitiba, a força-tarefa foi ampliada e atualmente conta com 11 integrantes. Desde abril de 2014, quando foi criada, já foram instaurados 1.397 procedimentos, feitas 654 buscas e apreensões, firmados 70 acordos de colaboração premiada e promovidos 112 pedidos de cooperação internacional, resultando em 49 acusações criminais contra **239** pessoas, sendo que em **22** já houve sentença. Com a expansão das investigações, o Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) prorrogou a força-tarefa por mais um ano, a partir de 8 de setembro de 2016. Dessa forma, apresentamos a seguir, gráfico que exemplifica e reforça o modelo de atuação pela Força-Tarefa Lava Jato, ao compararmos o orçamento do MPF com os valores envolvidos na instrução processual.

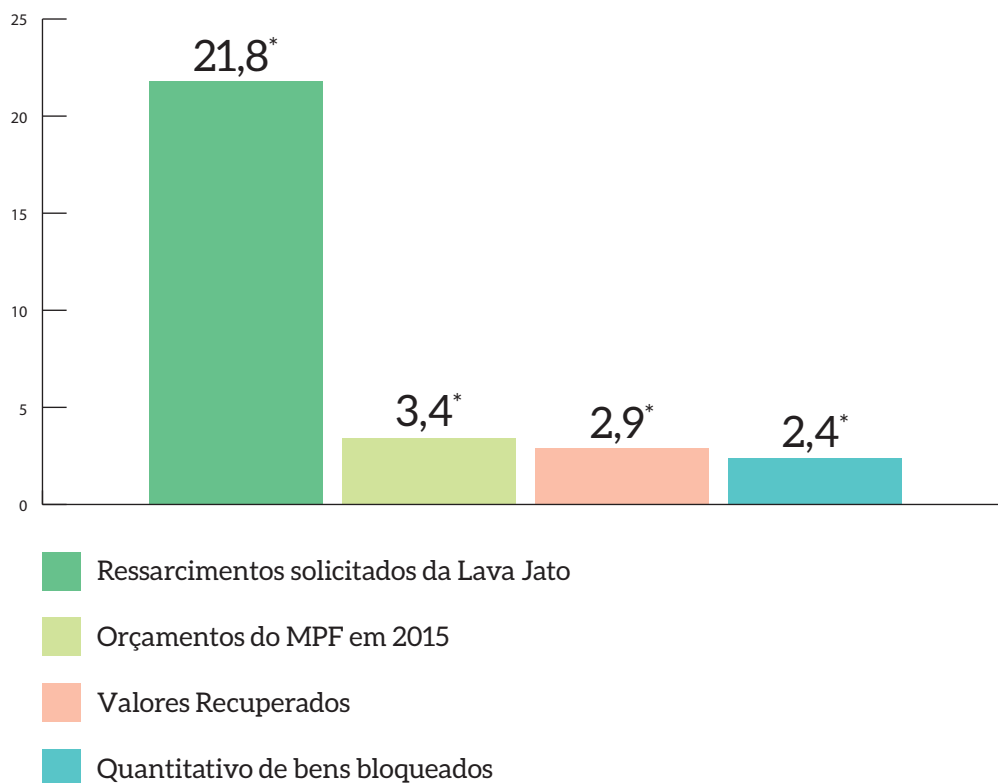


Figura 1 - Comparativos do Orçamento do MPF e com valores da Lava Jato (*valores em bilhões)

Outra força-tarefa prorrogada foi a estabelecida no Rio de Janeiro para investigar supostos crimes de corrupção, desvio de verbas e fraudes em licitações e contratos na Eletronuclear, estatal subsidiária da Eletrobras. Criada em junho de 2016, a investigação é um desdobramento da Lava Jato, que identificou possíveis irregularidades em contratos para a construção da usina nuclear Angra 3. Já foram três denúncias ajuizadas e, além da prorrogação por três meses a partir de setembro, o CSMPF autorizou a ampliação do grupo, que conta agora com seis procuradores.

Em São Paulo, também foi instituída uma força-tarefa para lidar com os desdobramentos da Lava Jato, composta por quatro procuradores. Entre as três denúncias apresentadas a partir da Operação Custo Brasil, está uma que envolve ex-ministros e mais 12 pessoas. Ela trata dos fatos relacionados à organização criminosa supostamente criada em torno do contrato da empresa Consist no Ministério do Planejamento, em 2010.

Mais uma operação que demandou a criação de uma força-tarefa foi a Zelotes, no Distrito Federal. Por meio dela, quatro procuradores investigam esquema de corrupção no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda. Em março de 2016, o CSMPF autorizou a criação de um grupo de trabalho para analisar e atuar nos recursos e *habeas corpus* relativos à Operação Zelotes no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Lava Jato conta com um grupo semelhante para os processos relacionados desde dezembro de 2015.

Em maio de 2016, a força-tarefa que atuou na Operação Ararath encerrou as atividades com mais de **17** denúncias e destinação de parte dos recursos recuperados a realizações de programas sociais. A operação apurou a prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e lavagem de dinheiro no Mato Grosso. O foco da investigação deu-se contra pessoas e empresas agindo como instituição financeira sem autorização do Banco Central e, nesse cenário, facilitando a lavagem de ativos de origem ilícita, cujo dinheiro circularia num sistema financeiro paralelo sem controle e fiscalização.

A operação indisponibilizou quase **meio bilhão** de reais durante os 18 meses de trabalho, e parte desse valor será empregada no projeto educacional para todas as escolas públicas estaduais de Mato Grosso, além de escolas municipais e particulares. Também serão destinados recursos ao Grupo de Investigações Sensíveis (Gise) da Polícia Federal.

1.2 Dez medidas para mais efetividade no combate à corrupção

Como resultado da experiência de atuar nos mais variados casos de corrupção, o Ministério Público apresentou à sociedade as Dez Medidas contra a Corrupção. As propostas de alteração legislativa se baseiam no consenso cristalizado de que é preciso punir os corruptos e de que o sistema jurídico vigente no país é inepto para isso. Inicialmente desenvolvido por integrantes da Força-Tarefa da Lava Jato em Curitiba, o conjunto de medidas de alterações legislativas foi aperfeiçoado e referendado por comissão de membros do MPF.

As Dez Medidas reúnem 20 propostas de alterações legislativas que visam aprimorar a legislação brasileira de combate à corrupção. Busca-se, entre outros ajustes, a criminalização do enriquecimento ilícito; o aumento das penas e tornar crime hediondo a corrupção de altos valores; a celeridade nas ações de improbidade administrativa; a reforma no sistema de prescrição penal; a responsabilização dos partidos políticos; e a criminalização do caixa 2.

A coleta de assinaturas em apoio às Dez Medidas teve início em julho de 2015. Em oito meses, mais de **1.016** instituições – entre igrejas, universidades, associações, estabelecimentos comerciais, empresas e organizações não governamentais – declararam apoio formal à ideia e mobilizaram voluntários em todo o país em prol da causa. Em março de 2016, as Dez Medidas foram levadas ao Congresso Nacional com o apoio de mais de **dois milhões** de assinaturas.

Na Câmara, passaram a tramitar por meio do Projeto de Lei nº 4.850/2016, apresentado por integrantes da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção. A Comissão Especial instituída para proferir parecer sobre o projeto de lei tem contado com a participação de diversos segmentos da sociedade, entre os quais vários membros do Ministério Público que defendem as medidas.

1.3 Síntese “em números” dos resultados da Lava Jato na 1ª instância

Resultados da Operação Lava Jato

1.397 procedimentos instaurados,
654 buscas e apreensões,
174 conduções coercitivas,
92 prisões temporárias e
6 prisões em flagrante.
112 pedidos de cooperação internacional, sendo **94** pedidos ativos para **30** países e **14** pedidos passivos com **12** países.
70 acordos de colaboração premiada firmados com pessoas físicas.
6 acordos de leniência e **1** termos de ajustamento de conduta.
48 acusações criminais contra **233** pessoas (sem repetição de nome), sendo que em **21** já houve sentença, pelos seguintes crimes: corrupção, crimes contra o sistema financeiro internacional, tráfico transnacional de drogas, formação de organização criminosa, lavagem de ativos, entre outros.
7 acusações de improbidade administrativa contra **38** pessoas físicas e **16** empresas pedindo o pagamento de **R\$ 12,1 bilhões**.
Valor total do ressarcimento pedido (incluindo multas): **R\$ 38,1 bilhões**.
Os crimes já denunciados envolvem pagamento de propina de cerca de **R\$ 6,4 bilhões**.
R\$ 3,6 bilhões são alvo de recuperação por acordos de colaboração, sendo **R\$ 745,1 milhões** objeto de repatriação.
R\$ 2,4 bilhões em bens dos réus já bloqueados.
Até o momento são **105** condenações, contabilizando **1.148** anos, **11** meses e **11** dias de pena.

1.4 Síntese “em números” dos resultados da Lava Jato no STJ e STF

Resultados da Operação Lava Jato no STF

1.337 manifestações
162 buscas e apreensões
147 quebras de sigilo fiscal
168 quebras de sigilo bancário
121 quebras de sigilo telefônico
3 quebras de sigilo telemático
2 quebras de sigilo de dados
16 sequestros de bens
4 sequestros de valores
81 inquéritos com **364** investigados entre pessoas físicas e jurídicas
14 denúncias em **17** inquéritos com **45** acusados
3 ações penais
41 acordos de colaboração premiada homologados perante o STF
R\$ 79 milhões repatriados.

1.5 Profissionalismo reconhecido por certificado internacional de qualidade

Em dezembro de 2015, o Gabinete do Procurador-Geral da República recebeu o certificado internacional de qualidade ISO 9001, quanto ao trabalho de distribuição judicial e processamento extrajudicial. A certificação trouxe ao gabinete economia de recursos, transparência, segurança e qualidade nos processos de trabalho, além de confiabilidade institucional.

Esse reconhecimento mostra à sociedade o interesse do MPF em buscar eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos. Com a melhoria nos processos, foi possível garantir respostas mais ágeis às demandas da sociedade; apresentar resultados da atuação de maneira transparente; promover melhor gestão da informação de forma a propiciar uma atuação estratégica do gabinete; além de padronizar e aperfeiçoar o cadastro, a atuação, a distribuição e a tramitação de documentos administrativos e processos judiciais.

Também fez parte da gestão da qualidade do gabinete a busca por soluções especializadas de tecnologia da informação para promover a integração entre sistemas internos e assegurar a inte-

operabilidade com sistemas de órgãos parceiros, a fim de garantir a permanente modernização de seus meios de atuação.

1.6 Diálogo institucional com os Poderes da República

De setembro de 2015 a agosto de 2016, foram realizados 121 encontros para promoção do relacionamento com atores políticos. Desse total, cinquenta e cinco foram com deputados; quarenta e um, com senadores; treze, com o Poder Executivo; um, com o Tribunal de Contas da União (TCU); dois com o Supremo Tribunal Federal (STF) e com o Superior Tribunal de Justiça (STJ); e nove com sindicatos.

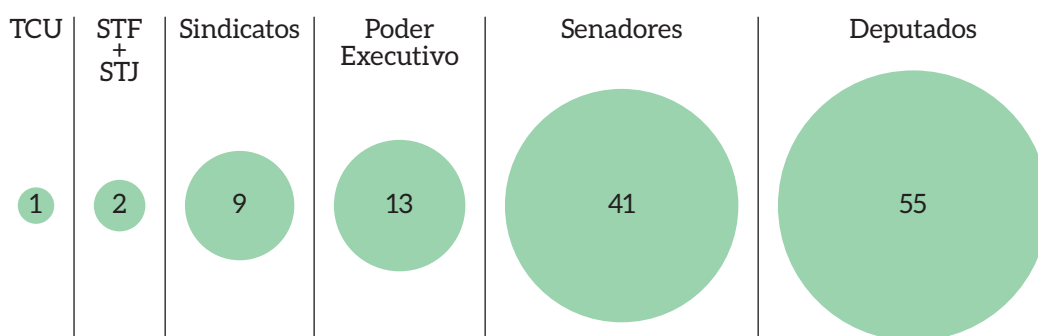


Figura 2 - Quantidade de encontros por ator político

O MPF participou de 98 audiências públicas no Congresso Nacional, que se destinaram a debater temas com potencial transformador na sociedade brasileira, como: Código de Defesa do Consumidor, crimes cibernéticos, segurança pública, rompimento da barragem de Mariana, propaganda de produtos infantis, discriminação racial e homofóbica, corrupção e lavagem de dinheiro e direitos humanos.

Linha do tempo das audiências públicas promovidas no Congresso Nacional

SET/2015 15 audiências (PL nº 8.058/2014 - Política Pública pelo Poder Judiciário; Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA); Código de Defesa do Consumidor; Criação de Unidade de Conservação na Serra Vermelha, no Piauí; Crimes Cibernéticos; PL nº 7420/2006 - Lei de Responsabilidade Educacional; PL nº 179/2013 - Exercício da Atividade Policial; Aplicativo Uber no Brasil; Propagandas Eleitorais e Partidárias Veiculadas na TV; PEC nº 430/2009 - Segurança Pública; Ações contra o Narcotráfico; Programas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; PLS nº 402/2015 - Código de Processo Penal; Pacientes com Doenças Renais)

OUT/2015

15 audiências (PL nº 1.775/2015 – Registro Civil Nacional; Crise de Abastecimento em São Paulo; Conflitos Fundiários; Terras Indígenas no MS; PL nº 1486/2007 Assistência Social às Populações de Áreas Inundadas; PEC nº 430/2009 – Segurança Pública; Alterações nas Regras do Contran; Valorização da Família; PEC nº 53/2015 - Prazo de Vista nos Processos em Trâmite nos Tribunais; SUS – Sistema Único de Saúde; PL nº 2516/15 – Lei de Migração; Vagas Reservadas às Pessoas com Deficiência nos Concursos Públicos; Acúmulo de Processos no TRF 1ª Região)

NOV/2015

11 audiências (Agências Reguladoras; Obras das Rodovias Federais Transversais BR-242 e BR-235; Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida; PL nº 1.775/2015 – Registro Civil Nacional; Plano Estratégico de Fronteiras; Recuperação de Ativos no HSBC; Possível Fraude no Processo Adm. do Incra/SE; Plano Nacional de Logística de Transportes; Contratação de Companhias Aéreas sem Intermediação das Agências de Viagem; PEC nº 102/2011 – Segurança Pública; Violência Sexual contra as Mulheres nas Universidades Brasileiras)

DEZ/2015

6 audiências (PL nº 3636/2015 – Acordo de Leniência; 20 anos da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias; Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós; Redução da Maioridade Penal)

FEV/2016

2 audiências (Desemprego, Aposentadoria e Discriminação; Estatuto da Pessoa com Deficiência)

MAR/2016

7 audiências (Funai/Incra, Marco Regulatório dos Jogos no Brasil, Rompimento da Barragem de Mariana, Operação Zelotes, Venda de Medicamentos Abortivos pela Internet)

ABR/2016

2 audiências (Usina de Belo Monte, Acordos de Leniência)

MAI/2016

18 audiências (Marco Regulatório dos Jogos no Brasil, Código de Processo Penal, Alteração do Código de Trânsito, Propaganda de Produtos Infantis, Rompimento da Barragem de Mariana, Banda Larga no Brasil, Direitos dos Passageiros nos Voos Domésticos)

JUN/2016

7 audiências (Propostas de Unificação das Polícias Cíveis e Militares, Banda Larga Fixa no Brasil, Licenciamento Ambiental, 10 Medidas de Combate à Corrupção, PEC nº 47/2013)

JUL/2016

7 audiências (Tratamento de Dados Pessoais, Impactos do Rompimento da Barragem de Mariana, Concessão da BR-153, Ataques Racistas e Homofóbicos na UnB, Legislação Brasileira Mineiral, Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte)

AGO/2016

8 audiências (Exploração de Ouro no Rio Xingu, Violência no Campo e as Políticas para seu Enfrentamento, Discutir PL sobre Pedágio, Medidas contra a Corrupção, Impactos Sociais das Transferências de Terras da União para o Estado do Amapá, Transporte Escolar, Direito Humano à Saúde)

Além disso, vale assinalar que todas as matérias em tramitação no Congresso Nacional foram acompanhadas e receberam atenção institucional. O intuito do MPF de manter uma articulação política com os Poderes da República é fazer com que os interesses da sociedade sejam defendidos quando da elaboração das leis e da execução das políticas públicas. Pode-se considerar, dessa forma, que o diálogo é estimulado tanto internamente quanto externamente, de modo a estreitar o relacionamento com o cidadão, destinatário principal das ações do órgão, e com os agentes políticos dos Poderes da República.

1.7 Celeridade nos autos do Gabinete do Procurador-Geral da República

O primeiro ano de gestão do segundo mandato do procurador-geral da República foi marcado por modificações estratégicas em seu Gabinete para fortalecer a atuação na área de lavagem de dinheiro e corrupção diretamente ligada à Operação Lava Jato que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Em virtude do grupo de apoio formado por membros do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), criado para dar suporte específico a essa operação, o procurador-geral, além de separar diariamente período de tempo para discutir os rumos da investigação com seus membros assessores, preocupou-se em criar uma secretaria de tramitação de autos judiciais, extrajudiciais e documentos que pudessem se dedicar integral e exclusivamente ao atendimento dessa demanda, que cresceu de forma exponencial.

Concretamente, os membros que compõem esse grupo de trabalho tornaram-se área estratégica do Gabinete do Procurador-Geral da República, atualmente contando com dez membros de carreira do MPF e do MPDFT e um apoio jurídico de 14 servidores (sete jurídicos e sete administrativos).

Além de intensa atuação na Força-Tarefa Lava Jato, outro importante resultado do Gabinete foi a consolidação de uma demanda antiga no que tange à posição defendida sobre a atribuição originária do procurador-geral da República em decidir os conflitos de atribuição entre membros do Ministério Público. Em maio de 2016, essa posição foi consolidada em decisão proferida na Ação Cível Originária (ACO) 924. A partir de então, foi criada no Sistema Único de Informação do MPF a figura do Procedimento de Conflito de Atribuição, de natureza extrajudicial, para que todos os conflitos de atribuição enviados à PGR recebam um tratamento diferenciado dos demais procedimentos extrajudiciais que tramitam no Gabinete do PGR.

Outra novidade nesse Gabinete foi a designação de um membro do Ministério Público do Trabalho para atuar exclusivamente nos feitos do Supremo Tribunal Federal de cunho eminentemente trabalhista. Já foram distribuídos para esse membro 50 autos judiciais, dos quais 40 tiveram saída. A medida incrementa eficiência e qualidade nas manifestações da Procuradoria-Geral da República no STF.

Prezando pela celeridade, foi mantida a meta de tramitação interna de **90** dias para a tramitação dos autos judiciais. Assim, de setembro de 2015 a agosto de 2016, foram recebidos para apreciação do procurador-geral da República 4.975 processos judiciais. Desses, 366 decorrentes de movimentações internas promovidas a pedido do PGR. Foram devolvidos ao STF **4.858** autos, a saber: 30 pedidos de arquivamento, 94 petições iniciais, 53 iniciais de Ações Diretas de Constitucionalidade, 52 pedidos de instauração de inquérito, 17 denúncias, 116 razões de recurso, 22 declínios de atribuição, 4.625 pareceres, totalizando 5.009 peças produzidas. O início da primeira gestão do segundo mandato contou com um remanescente de 426 autos, sendo que, dos 4.978 autos judiciais recebidos no período mencionado, resta um total de 514 autos, sendo 6 autos de 2014, 80 autos de 2015 e 428 de 2016. Dessa forma, a meta de celeridade foi atingida em aproximadamente **97%** dos autos tramitados no Gabinete do Procurador-Geral da República.

O gráfico a seguir apresenta outro importante resultado do Gabinete do Procurador-Geral: a eficiência na contínua redução de autos remanescentes da atuação no STF.

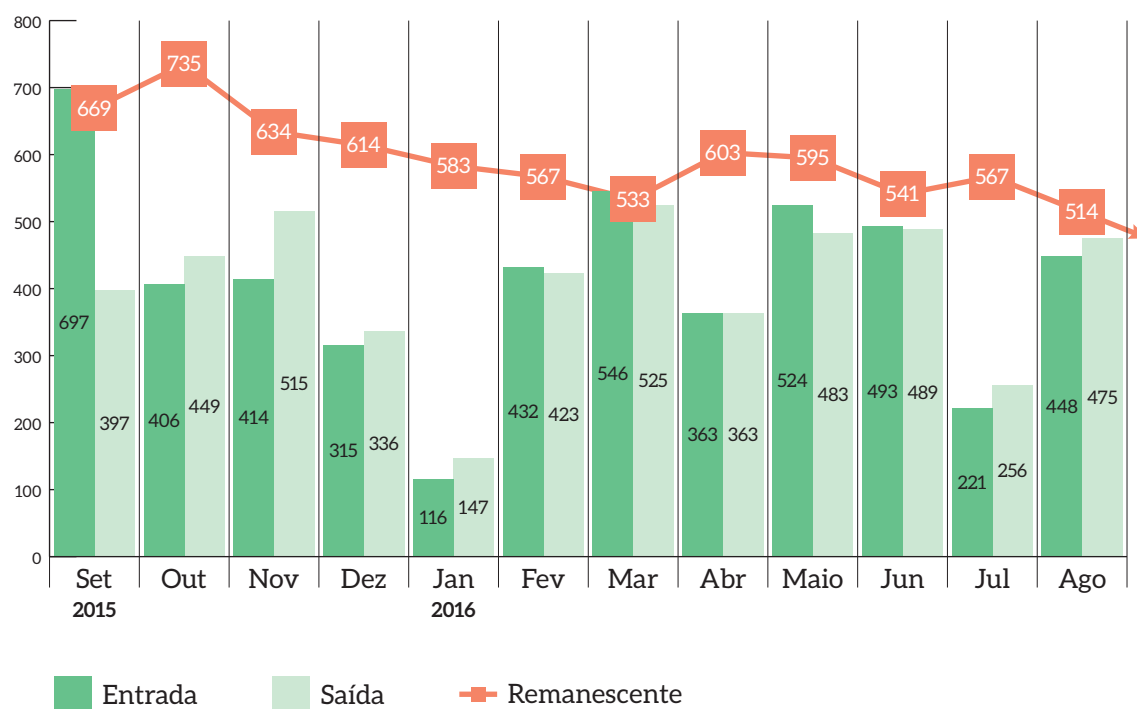


Figura 3 - Resultados do Gabinete do Procurador-Geral da República

1.8 Profissionalismo e efetividade na cooperação internacional

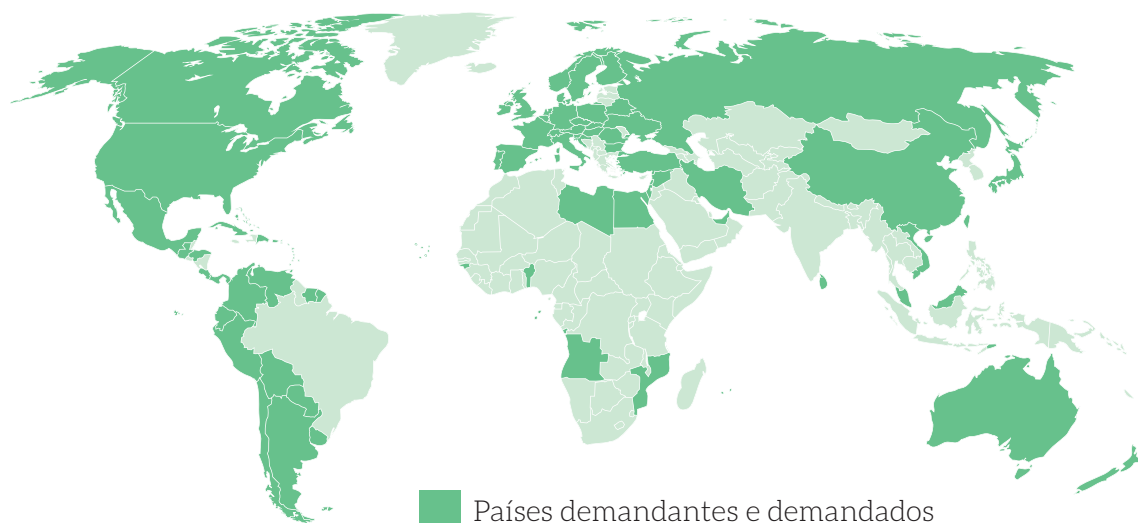
A Secretaria de Cooperação Internacional do MPF (SCI), ligada ao Gabinete do Procurador-Geral da República, teve atuação marcante no cenário internacional por seu profissionalismo e efetividade.

Por meio da SCI, o MPF conquistou maior proximidade com organismos internacionais, autoridades estrangeiras e órgãos nacionais, além de acompanhar pedidos de extradição e executar pedidos de assistência internacional em matéria cível e penal.

Em 2016, o procurador-geral da República passou a integrar o Comitê Executivo da Associação Internacional de Procuradores (IAP em inglês). A indicação ocorreu durante reunião realizada em Helsinque, Finlândia. Ocupar esse espaço em um organismo global de articulação dos Ministérios Públicos representa passo importante para intensificar a cooperação internacional. A IAP é a única organização mundial de procuradores.

Na recuperação de ativos, a SCI ampliou o bloqueio de valores no exterior, que hoje supera a cifra de **US\$ 328,4 milhões**, envolvendo **8** países estrangeiros.

No período de agosto de 2015 a agosto de 2016, foram instaurados 2.236 procedimentos extrajudiciais de cooperação internacional, relacionados a **75** países. A abrangência da atuação da SCI está representada no mapa a seguir.



- | | | | |
|-----------------------------|------------------------------|-------------------|----------------------------------|
| 1. Alemanha | 20. Costa Rica | 38. Hungria | 59. Reino Unido |
| 2. Andorra | 21. Croácia | 39. Ilhas Cayman | 60. República da Irlanda ou Eire |
| 3. Angola | 22. Dinamarca | 40. Israel | 61. República Tcheca |
| 4. Antígua e Barbuda | 23. Egito | 41. Itália | 62. República Dominicana |
| 5. Argentina | 24. Emirados Árabes Unidos | 42. Japão | 63. Romênia |
| 6. Austrália | 25. Equador | 43. Líbano | 64. Rússia |
| 7. Áustria | 26. Eslováquia | 44. Líbia | 65. São Tomé e Príncipe |
| 8. Bahamas | 27. Eslovênia | 45. Liechtenstein | 66. Seychelles |
| 9. Barbados | 28. Espanha | 46. Luxemburgo | 67. Singapura |
| 10. Belarus ou Bielorrússia | 29. E.U.A | 47. Macau | 68. Síria |
| 11. Bélgica | 30. Finlândia | 48. Malta | 69. Suécia |
| 12. Benim | 31. França | 49. México | 70. Suíça |
| 13. Bolívia | 32. Guatemala | 50. Mônaco | 71. Suriname |
| 14. Bulgária | 33. Guiana Francesa | 51. Noruega | 72. Turquia |
| 15. Cabo Verde | 34. Guiné Bissau | 52. Nova Zelândia | 73. Ucrânia |
| 16. Canadá | 35. Holanda ou Países Baixos | 53. Panamá | 74. Uruguai |
| 17. Chile | 36. Honduras | 54. Paraguai | 75. Venezuela |
| 18. China | 37. Hong Kong | 55. Peru | |
| 19. Colômbia | | 56. Polônia | |
| | | 57. Porto Rico | |
| | | 58. Portugal | |

No mesmo período, o procurador-geral da República assinou Memorandos de Entendimento (MoU) com as seguintes instituições:

- * Ohio State University e Northwestern University – Acordo para Transferência de Material Biológico Pertinente aos Índios Ianomâmis do Brasil, em 2 de outubro de 2015;
- * Corte Interamericana de Direitos Humanos – Colaboração ampla, direta e recíproca na promoção de intercâmbio técnico e cultural, mediante visitas de representantes, troca de documentos, capacitação de membros e colaboradores nos temas de suas respectivas competências e implementação de outras atividades conjuntas de interesse mútuo, em 6 de junho de 2015; e
- * Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 3 de agosto de 2016.

Foi também firmado Acordo de Cooperação entre a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e o Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA), em 14 de setembro de 2015.

No período, membros e servidores do Ministério Público Federal participaram de **38** foros internacionais vinculados: a blocos regionais, como Mercosul – 3 encontros –, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – 1 encontro – e BRICS – 1 encontro –; a organismos internacionais, como Organização dos Estados Americanos (OEA) – 1 encontro –, Organização das Nações Unidas (ONU) – 13 encontros –, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – 7 encontros –, Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) – 2 encontros –, Organização Internacional do Trabalho (OIT) – 2 encontros –; a associações transnacionais de entidades homólogas, como a Associação Internacional de Procuradores (IAP) – 2 encontros – e a Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP) – 2 encontros –; além de cursos e eventos promovidos por agências internacionais de cooperação, como a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) – 3 cursos – e a Agência Espanhola para Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID) – 4 eventos.

1.9 Avanços do processo eletrônico para autos judiciais e extrajudiciais

A atuação por meio de autos judiciais e extrajudiciais na forma eletrônica é outro foco da gestão que obteve resultados expressivos. De forma geral, o processo eletrônico é entendido como solução tecnológica que agiliza os trâmites processuais com a eliminação dos “tempos mortos” ou “tempos em branco” (tempos estes relativos à atividade burocrática de movimentação), reduz o consumo de papel, gerando economia aos cofres públicos e diminuindo o impacto ambiental, oferecendo, ainda, uma importante contribuição na promoção da transparência institucional.

Um importante resultado foi a disponibilização, dentro do Sistema Único, de tramitação processual da instituição das quatro operações principais previstas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário: 1. Recebimento das intimações; 2. Ciência das intimações (abertura de prazo); 3. Recuperação dos processos; e 4. Envio de manifestações para a justiça.

O Modelo Nacional de Interoperabilidade definido pelas equipes técnicas dos órgãos (STF - CNJ - STJ - CJF - TST - CSJT - AGU e PGR), de acordo com as metas do Termo de Cooperação Técnica nº 58/2009, visa estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os órgãos públicos e servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes ao funcionamento dos sistemas processuais.

Outro resultado é a tramitação eletrônica de todos dos processos do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral em que há manifestação de membros do Ministério Público. Foi adquirida uma solução de assinatura eletrônica para garantir sua aderência à legislação e para proporcionar um serviço de melhor qualidade e confiabilidade. Entre os Tribunais Regionais Federais (TRFs), o da 1ª Região já possui a integração totalizada, e na 2ª Região todos os processos são recebidos e visualizados no Sistema Único. As integrações com os outros TRFs estão previstas para os próximos meses.

Já nos autos extrajudiciais, o principal resultado foi a implementação do procedimento de cooperação internacional no formato eletrônico (e-PCI) pela Secretaria de Cooperação Internacional.

The background of the slide features a low-angle shot of a green, ribbed dome, possibly a geodesic dome, against a bright sky. Overlaid on this image are several concentric white circles and a few white line segments that form parts of a larger circular pattern, creating a technical or architectural feel.

2. RESULTADOS DA ATUAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2.1 Planejamento Estratégico

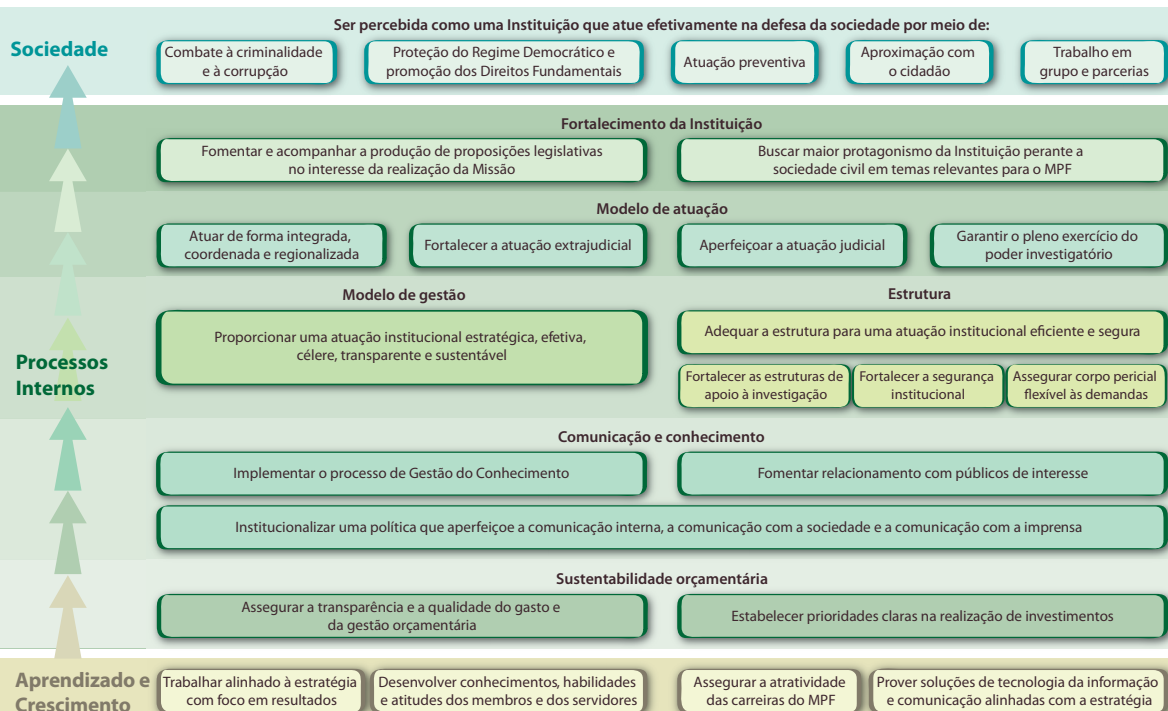
A missão do MPF é promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito. Em seu Planejamento Estratégico, o órgão conta com 25 objetivos, os quais retratam os desafios atuais e futuros para que o MPF seja reconhecido até 2020, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

VISÃO: ATÉ 2020, SER RECONHECIDO, NACIONAL E INTERNACIONALMENTE, PELA EXCELÊNCIA NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA, DA CIDADANIA E NO COMBATE AO CRIME E À CORRUPÇÃO

MISSÃO: PROMOVER A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA, A BEM DA SOCIEDADE E EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

VALORES: AUTONOMIA INSTITUCIONAL, COMPROMISSO, TRANSPARÊNCIA, ÉTICA, INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL, UNIDADE, INICIATIVA E EFETIVIDADE



Os objetivos foram construídos com base na metodologia Balanced Scorecard (BSC), a qual traduz a estratégia por meio de indicadores, projetos e iniciativas, divididos por perspectivas. A estratégia pode ser, assim, gerenciada de forma contínua por fases de modernização pautadas no Planejamento Estratégico construído coletivamente por membros e servidores do MPF.

A modernização da gestão do MPF está em sua 3ª fase, que representa a melhoria e o aprimoramento dos processos de trabalho existentes na área-fim, com ênfase para aqueles dos gabinetes dos procuradores da República, dos procuradores regionais e, também, dos subprocuradores-gerais da República.

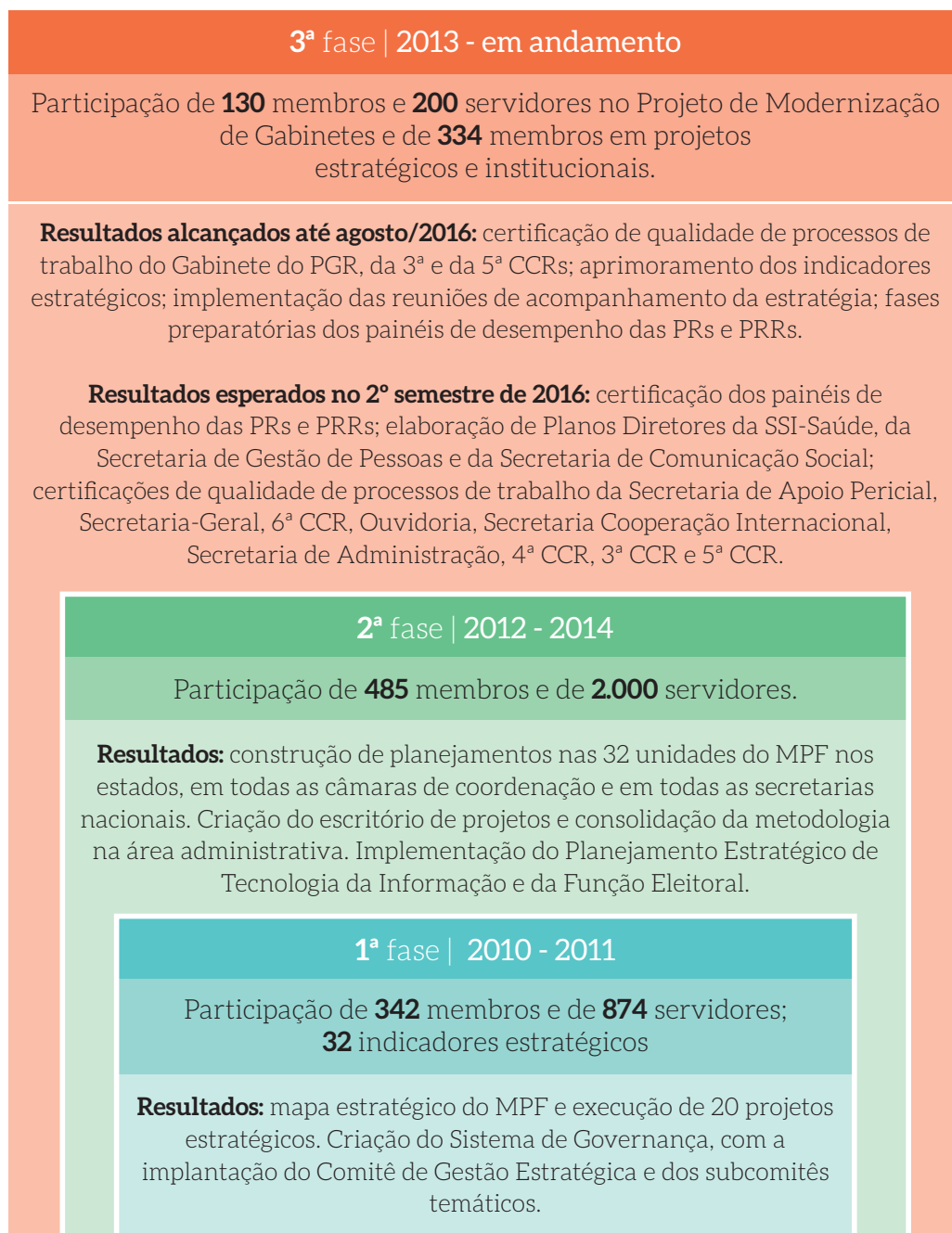


Figura 4 - Fases do Processo de Modernização da Gestão do MPF

Esse processo começou em 2010, quando foi construído o primeiro Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do MPF, e iniciou as bases da modernização da gestão, disseminando conhecimento acerca da temática na organização. A 2ª fase, de 2012-2013, resultou na construção dos painéis de contribuição das unidades administrativas do MPF e dos mapas estratégicos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) e da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC).

Seu desdobramento na 2ª fase abrangeu 33 unidades, contando com a PGR, em todo o território brasileiro, e na 3ª fase chegou aos milhares de gabinetes de membros, corroborando com o maior desdobramento da estratégia já realizado em órgãos públicos na América Latina.

2.2 Panorama dos indicadores estratégicos

O panorama da execução da estratégia do MPF pode ser visualizado por meio do acompanhamento dos 37 indicadores estratégicos definidos, que além de refletirem o alinhamento com a estratégia do órgão, demonstram o amadurecimento ocorrido nos últimos anos. Veja-se:

A implantação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) atingiu 93,75% das unidades administrativas do MPF, o que sinaliza como o órgão trabalha alinhado à estratégia, com foco em resultados. O objetivo do indicador mencionado é estimular a gestão estratégica do MPF por meio da formalização de painel de contribuição pelas secretarias, PRs e PRRs, ou de planejamento temático pelas CCRs e PFDC. Painel de contribuição e planejamento temático são instrumentos de planejamento que formalizam as prioridades de acompanhamento das áreas, por meio da definição de indicadores e de iniciativas.

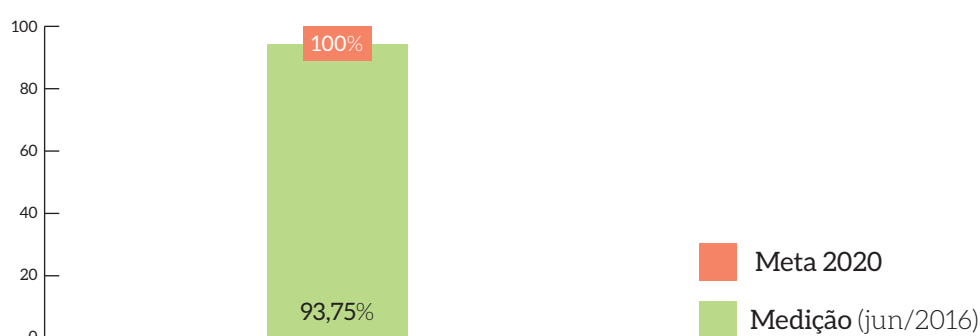


Figura 5 - Indicador: Implantação do Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, por sua vez, realizou, em junho de 2016, 82,35% das metas definidas. Isso sinaliza que o MPF vem trabalhando para prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia.

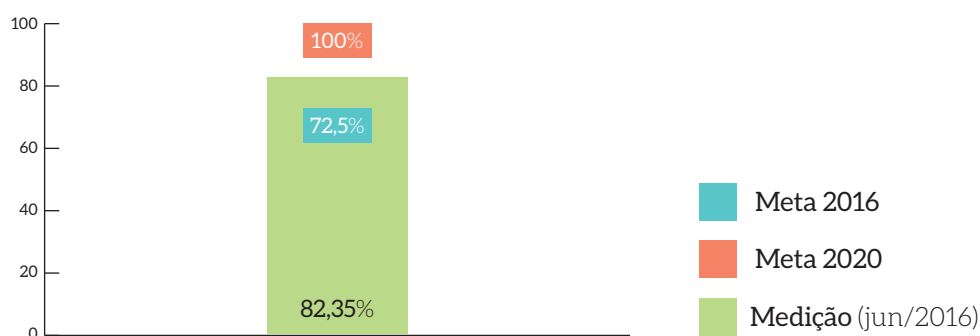


Figura 6 - Indicador: Planejamento Estratégico de TI

De modo a assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária, o cumprimento do planejamento orçamentário registrou 100,94% em junho de 2016 – é importante referir que a medição ultrapassou 100% em virtude de o recebimento de recursos previstos para o primeiro semestre ter sido ligeiramente superior ao planejamento inicial para o período. O intuito desse indicador é aprimorar a programação da despesa, a fim de que haja equilíbrio entre o planejado e o provisionado.

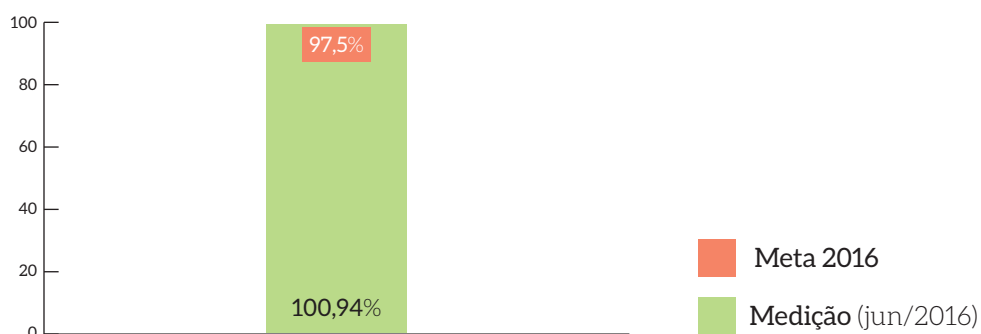


Figura 7 - Indicador: Planejamento Orçamentário

O cumprimento da estratégia retrata o percentual de cumprimento das metas traçadas para os indicadores estratégicos. Em junho de 2016, obteve-se 32,35%. No 1º semestre de 2016, só foram medidos 25 dos 37 indicadores estratégicos. Desses 25 indicadores, apenas 11 cumpriram as metas estabelecidas. Não obstante, a instituição tem avançado rumo à meta de alcançar 100% de cumprimento da estratégia até o final do ciclo de planejamento em 2020.

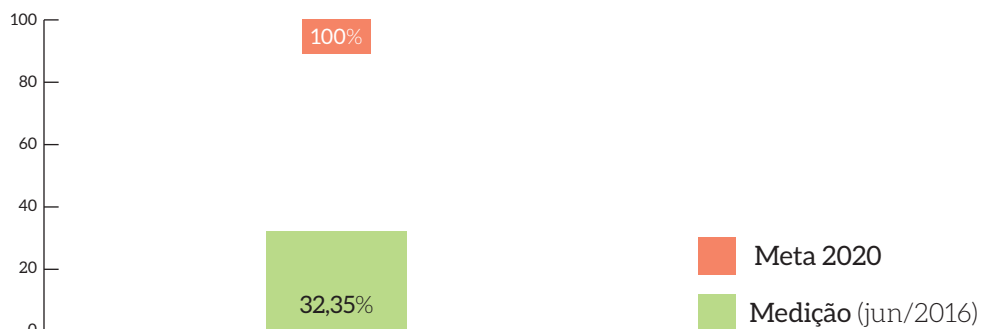


Figura 8 - Indicador: Cumprimento da Estratégia

Em relação ao cumprimento da LOA, nota-se que foi registrado um percentual de 71,35% em junho de 2016.

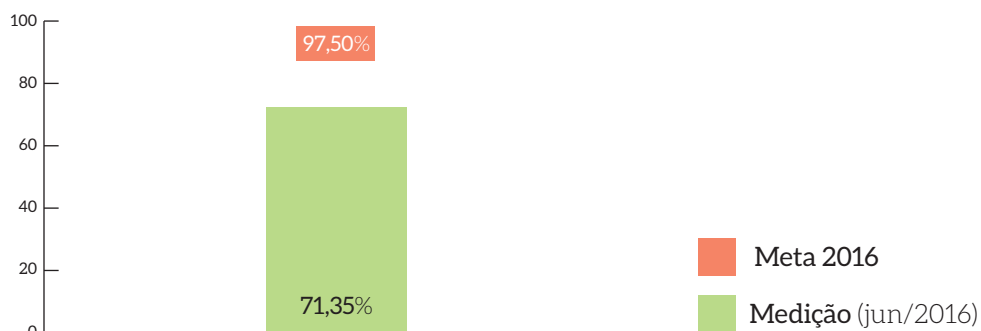


Figura 9 - Indicador: Cumprimento da LOA

A capacitação estratégica, por seu turno, é indicador alinhado ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores. Mede, portanto, as ações de capacitação alinhadas ao Planejamento Estratégico, a fim de que o quadro funcional possa qualificar-

se e, assim, auxiliar no alcance da visão institucional.

São consideradas capacitações estratégicas:

- * As capacitações técnicas da área-meio previstas no Plano Estratégico de Capacitação (PEC);
- * As capacitações técnicas da área-fim previstas no Plano Estratégico de Capacitação (PEC);
- * As capacitações de projetos estratégicos;
- * As capacitações de desenvolvimento gerencial previstas no PEC; e
- * As capacitações de qualidade de vida no trabalho e bem-estar previstos no PEC.

Em junho de 2016, a capacitação estratégica atingiu o percentual de 36%.

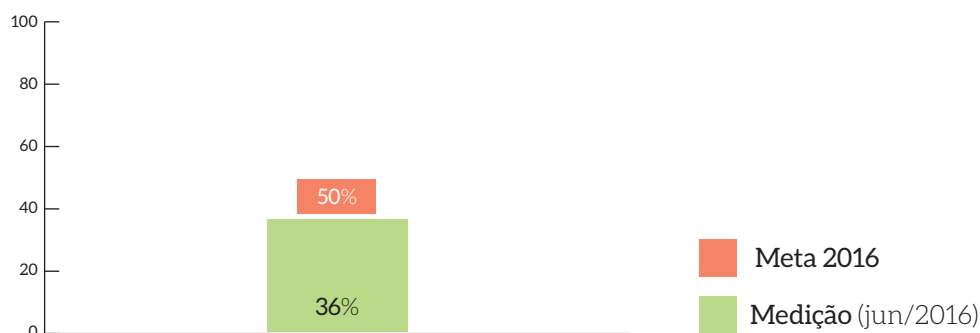


Figura 10 - Indicador: Capacitação Estratégica

Dois indicadores de destaque medem a atratividade das carreiras do MPF, a saber: rotatividade de membros e de servidores. Vale esclarecer que a rotatividade afere o percentual de desligamento, contabilizando-se o valor do mês de referência e dos 11 meses anteriores. Desconsidera-se, nessa contagem, a taxa de desligamento natural por aposentadoria e sinistro.

De junho de 2015 a junho de 2016, a rotatividade de membros foi 0,09%, dentro da meta. No mesmo período, a rotatividade de servidores foi de 0,25%, também dentro da meta preconizada, 33 servidores se desligaram da instituição.

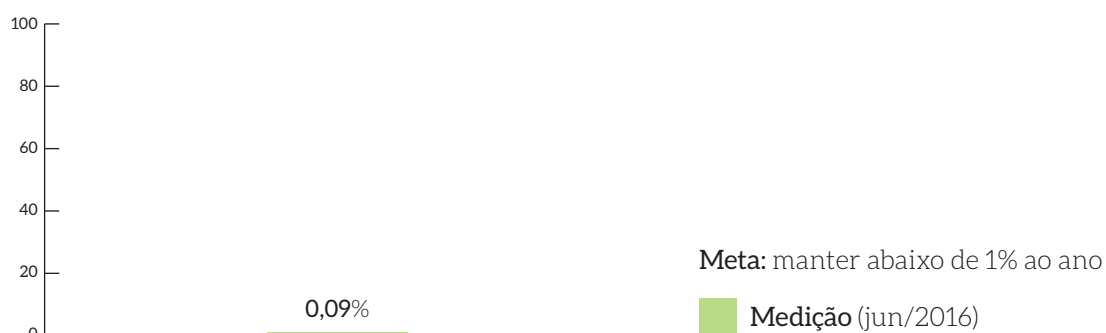


Figura 11 - Indicador: Rotatividade de membros



Figura 12 - Indicador: Rotatividade de servidores

No biênio 2013/2014, mensurou-se que o MPF tem imagem positiva para 63,30% da população brasileira. Esse indicador está associado ao objetivo estratégico de o MPF ser percebido como instituição que atue efetivamente na defesa da sociedade. A próxima medição do indicador ocorrerá ao final de 2016, quando será aferido o biênio 2015/2016.

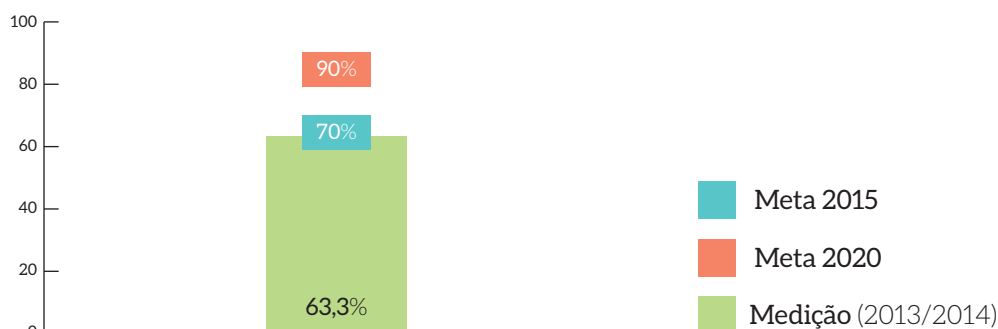


Figura 13 - Indicador: Percepção de Imagem do MPF

A repercussão na mídia do MPF tem apresentado resultados positivos. O *clipping* capta informações de mídias nacionais e locais. Estão incluídas no rol de revistas: *Exame*, *Veja*, *Carta Capital*, *IstoÉ*, *IstoÉ Dinheiro*, *Época*. Estão incluídos no rol de jornais nacionais: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*. O indicador em questão mede o cumprimento da institucionalização de política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e com a imprensa.

A média dos valores aferidos em junho de 2016 é de 98,85% de visibilidade do MPF na mídia.



Figura 14 - Indicador: Repercussão na Mídia

Vale mencionar, ainda, o indicador proximidade física com o cidadão, um dos mais importantes, uma vez que mensura o estreitamento de vínculo com a sociedade, no sentido de atender a consultas, denúncias, representações, solicitações e requerimentos provenientes de cidadãos, inclusive de advogados. A última medição do indicador em comento, realizada em junho de 2016, mostrou que 81,7% das unidades instaladas do MPF possuem Sala de Atendimento ao Cidadão.

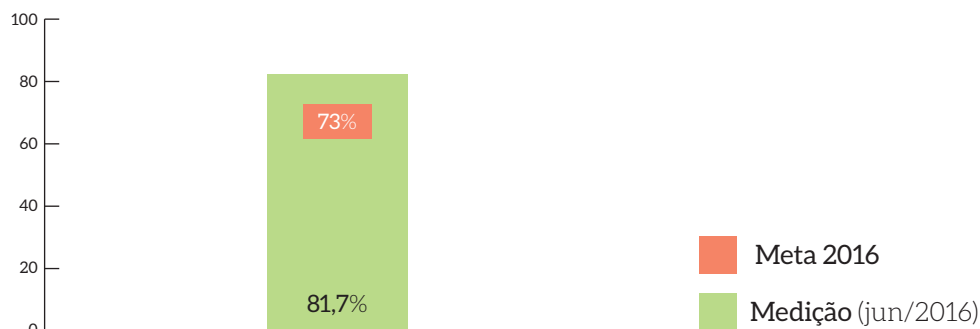


Figura 15 - Indicador: Proximidade física com o cidadão

É importante medir, também, o indicador transparência, que se coaduna com os preceitos da Lei nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação –, e, também, com o dever de prestar contas. Trata-se de importante ferramenta, que incentiva a participação do cidadão na fiscalização e avaliação das ações do Ministério Público Federal. Na última medição do indicador, foi atingido um total de 95,70%.

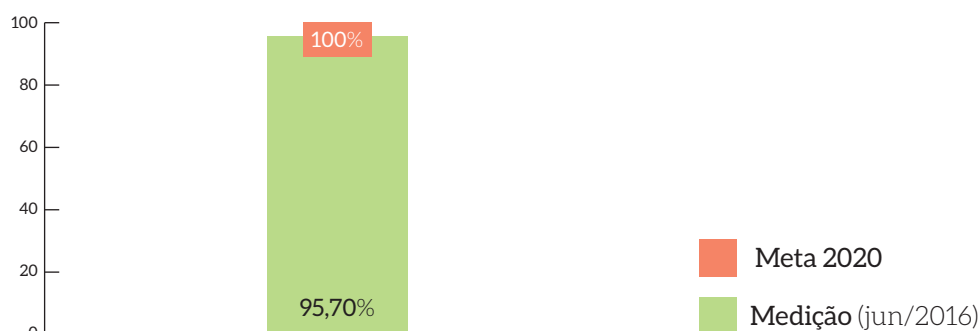


Figura 16 - Indicador: Transparência

O apoio de pesquisa e análise à investigação atingiu em junho de 2016 um total de 79%. O resultado é o conjunto de ações de desenvolvimento de sistemas, da coleta de informações e do processamento e análise de dados, que subsidiam as apurações, os procedimentos e os processos sob responsabilidade do Ministério Público Federal.

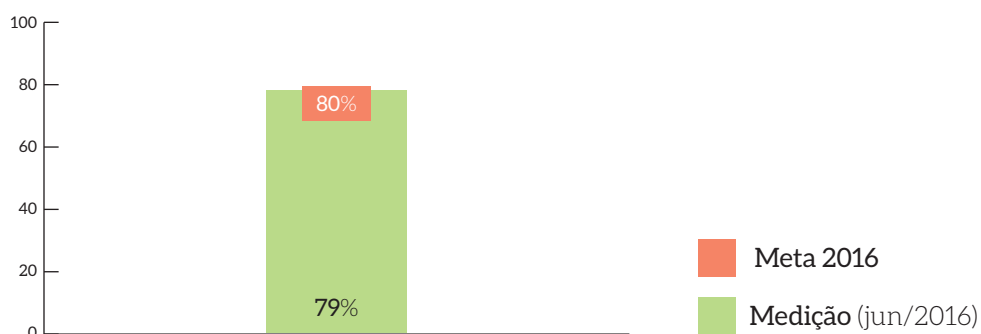


Figura 17 - Indicador: Apoio de pesquisa e análise de investigação

Em relação à comunicação interna, indicador com periodicidade anual e com medição prevista para novembro de 2016, foi atingido um total de 44% para o ano de 2015. O indicador foi implementado com a execução do projeto de pesquisa de clima organizacional do MPF em 2013 e tem como objetivo mensurar a satisfação com os canais de comunicação interna do MPF. O resultado do indicador está baseado nas três questões que mais se relacionaram com a descrição “Mensurar a satisfação com os canais de comunicação interna do MPF”, a saber:

- * Você lê/acessa a Intranet Nacional?
- * Você lê os comunicados e avisos institucionais que são encaminhados para o seu e-mail corporativo?
- * Você se considera bem informado quanto à realização de ações internas, como Pesquisa de Clima Organizacional, Outubro Rosa e de outras campanhas, como a referente à segurança institucional?

Vale esclarecer que o resultado do indicador (44%) representa a satisfação dos entrevistados com os canais de comunicação interna do MPF no sentido restrito, ou seja, consideraram-se apenas as ações específicas da Secretaria de Comunicação. A comunicação administrativa não foi avaliada.

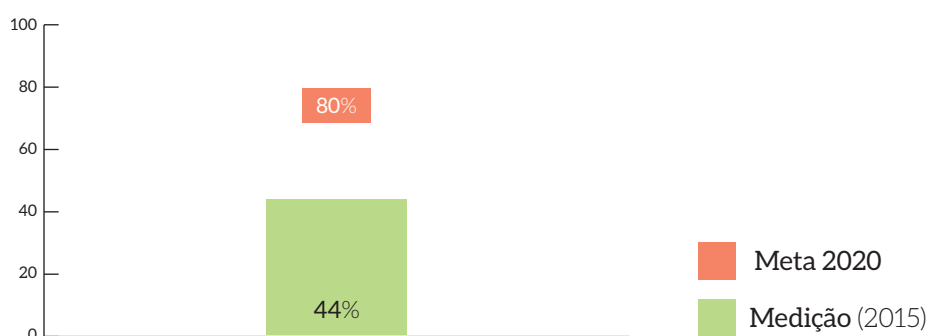


Figura 18 - Indicador: Comunicação interna

A segurança institucional atingiu um total de 35,18% em junho de 2016. Trata-se de importante indicador, que tem como foco, dentre outras atividades, o planejamento, a organização, a direção e o monitoramento das atividades de segurança, bem como o gerenciamento de avaliações de risco de membros e servidores quando ameaçados em razão de sua atuação institucional. A fórmula de cálculo tem como base dois pilares:

- * Número de assessorias técnicas de segurança (ATS), com identificação das vulnerabilidades reais e potenciais, e com avaliação das ameaças e impactos. As ATS são realizadas por técnicos especializados, com realização de análise das estruturas física e humana da unidade.
- * Plano de Segurança Institucional (PSI), que contém diretrizes de segurança a serem seguidas pelas unidades do MPF – contempla, aqui, todos os grupos de medidas de segurança definidos.

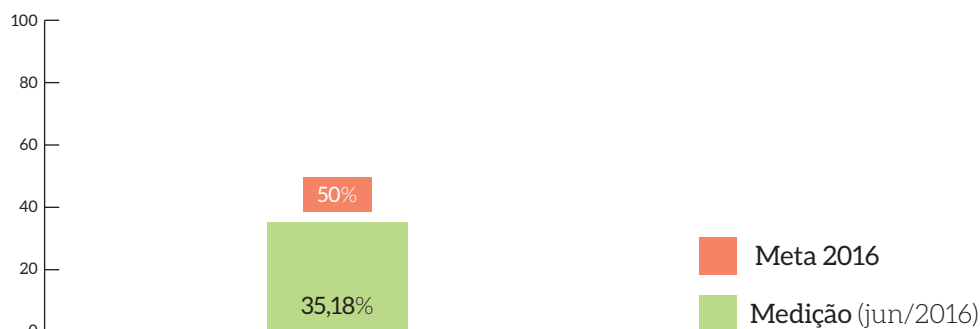


Figura 19 - Indicador: Segurança institucional

As demandas periciais reprimidas alcançaram um total de 30,71% em junho de 2016. O indicador tem ampla abrangência e engloba demandas de: fiscalização de atos administrativos, consumidor e ordem econômica, meio ambiente e patrimônio cultural, combate à corrupção, populações indígenas e comunidades tradicionais, modular (temas cíclicos de acordo com a estratégia de atuação do MPF). O foco é promover a interdisciplinaridade da atuação e coordenar a produção de estudos técnicos periódicos sobre temas relevantes para orientar a área de atuação e difundir o conhecimento produzido.

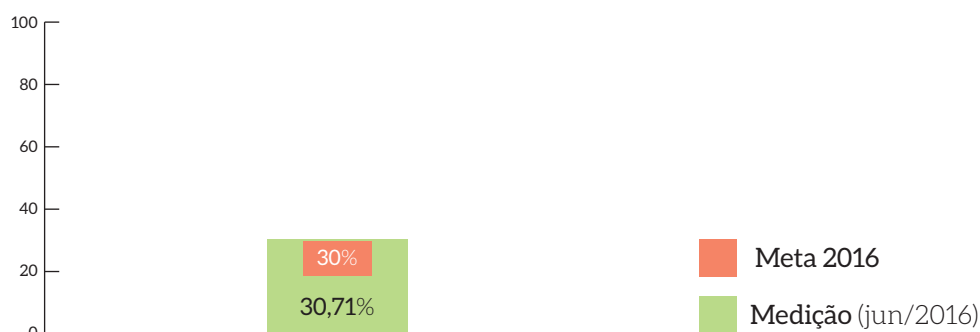


Figura 20 - Indicador: Demandas periciais reprimidas

A acessibilidade é premissa pautada nos mais diversos fóruns de discussão – tem previsão legal nos normativos: Decreto nº 5.296/2004, Resolução CNMP nº 81/2012 e NBR 9050/2015. O objetivo do indicador é fazer com que as unidades do MPF sejam acessíveis do ponto de vista físico, e adequadas ao desempenho das atribuições. O indicador atingiu um total de 4,95% em junho de 2016. A fórmula de medição afere a quantidade de unidades do MPF que atendem, completamente, aos requisitos de acessibilidade: acesso à Sala de Atendimento ao Cidadão, adequação dos sanitários coletivos e da área de trabalho de todo e qualquer servidor com deficiência. Vale mencionar que existe estudo em curso para alterar a fórmula de medição para critérios mais fidedignos, com foco na quantidade de quesitos acessíveis em todas as unidades do MPF.

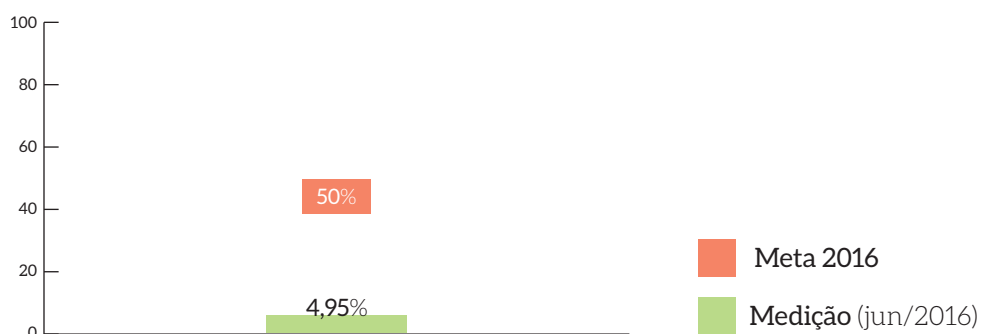


Figura 21 - Indicador: Demandas periciais reprimidas

Os indicadores estratégicos relativos ao quantitativo de membros e de servidores atingiram, respectivamente, 90% e 95%. O objetivo é buscar a adequação da alocação de servidores, com base em critérios fixados pelas instâncias competentes. – Busca-se a adequação da alocação de membros e servidores, em função do percentual de ocupação de cargos.

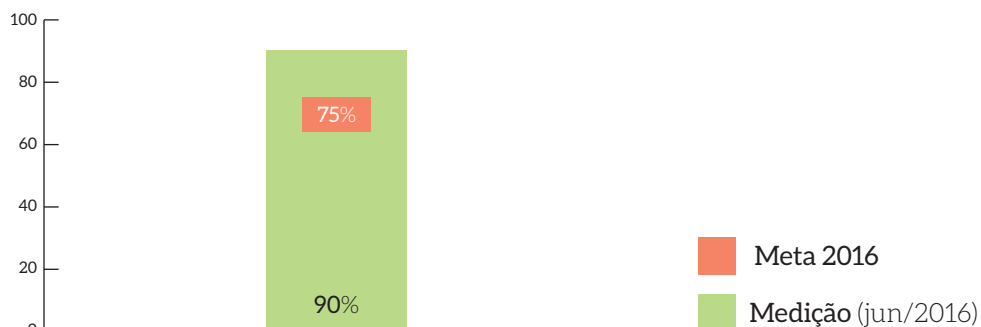


Figura 22 - Indicador: Quantitativo de membros

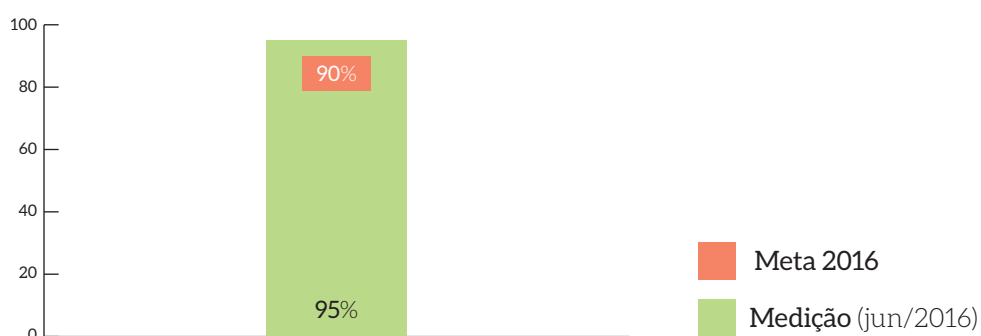


Figura 23 - Indicador: Quantitativo de servidores

Em relação ao quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), foi atingido um total de 31 enunciados até 30 de setembro de 2016. O objetivo do indicador é aprimorar a atuação do MPF de forma integrada, coordenada e regionalizada.

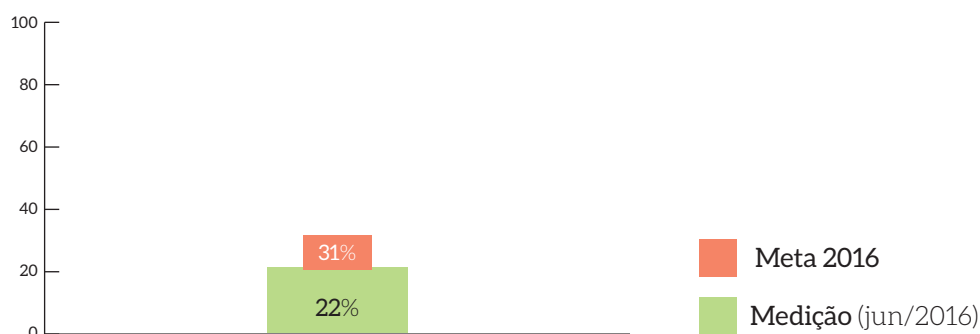


Figura 24 - Indicador: Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs)

Merece destaque, ainda, o cumprimento de recomendações, que atingiu um patamar de 2.028 recomendações em junho de 2016. As recomendações são importante instrumento de atuação extrajudicial utilizado pelo Ministério Público, o qual, não obstante a ausência de força coercitiva ao Poder Público, tem o objetivo de conformar a conduta do agente com os direitos constitucionalmente assegurados. Nesse contexto, essa prerrogativa ministerial, que decorre da Constituição e está prevista expressamente no plano infraconstitucional, poderá ser dirigida ao Poder Público em geral, a fim de que sejam respeitados os direitos acima destacados.



Figura 25 - Indicador: Cumprimento de recomendações

Destaca-se, também, a quantidade de termos de ajustamento de conduta (TACs), que alcançou um expressivo total de 141, até junho de 2016. O objetivo do indicador é a busca pela efetividade dos meios de atuação extrajudicial.

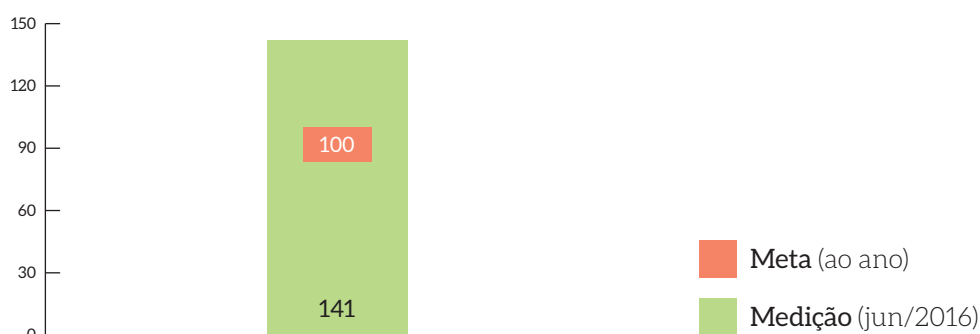


Figura 26 - Indicador: Termos de ajustamento de conduta (TACs)

É necessário ressaltar, por fim, a participação legislativa, que atingiu um total de 87% em junho de 2016. O indicador mensura as participações do MPF em audiências públicas de interesse comparado com o total de audiências públicas para os quais o MPF foi convidado. As audiências públicas são instrumentos que promovem o alinhamento do MPF com o Congresso Nacional nos temas de interesse e, ao mesmo tempo, atualizam o órgão sobre o que está em discussão no contexto de construção ou regulamentação de leis para o ordenamento jurídico.

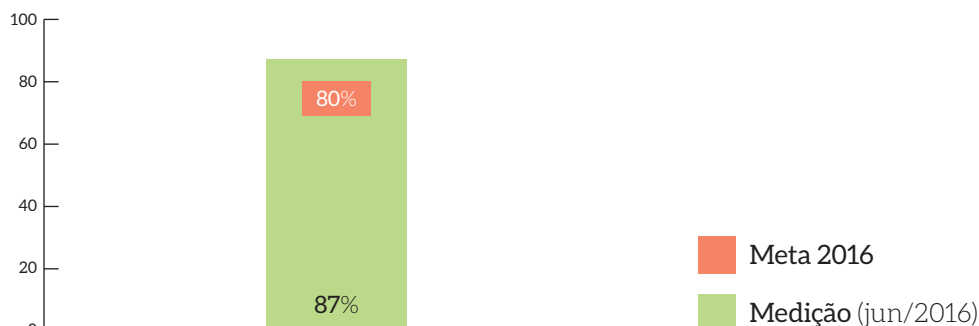


Figura 27 - Indicador: Participação Legislativa

Os seguintes indicadores não possuem medição atualizada em junho de 2016: Satisfação Institucional (membros); Satisfação institucional (servidores); Gestão ambiental; Arquivamento definitivo; Prescrição em procedimentos extrajudiciais; Ressarcimento de danos monetários; e Quantitativo de condenações.

Vale mencionar que está em aprimoramento, com previsão de conclusão ao final de 2016, a forma de medição dos indicadores Favorabilidade no ajuizamento de ações; Favorabilidade das ações judiciais; Favorabilidade das ações de improbidade; Favorabilidade das ações criminais; Favorabilidade das ações cíveis/tutela; Favorabilidade das ações eleitorais; e Prescrição em processos judiciais.

Ressalta-se, por fim, que os demais indicadores estratégicos do MPF e seus respectivos atributos também estão sendo revistos pelas áreas responsáveis pelo gerenciamento das medições. Nova Portaria será publicada com as alterações, que devem ser validadas pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE).

2.3 Modernização dos gabinetes

A modernização dos gabinetes é um processo que busca organizar e aprimorar soluções e serviços entregues à atividade finalística de cada membro do Ministério Público Federal. Compartilhar boas práticas, aperfeiçoar fluxos e rotinas de trabalho, aprimorar a gestão do conhecimento e fortalecer a atuação pericial são alguns dos objetivos desse processo, que representa a 3ª fase do movimento de modernização do MPF, consistindo em evolução esperada do Planejamento Estratégico Institucional e de seu desdobramento.

A primeira fase da modernização de gabinetes estruturou-se em dez etapas desenvolvidas entre janeiro e dezembro de 2015. A partir de estudos e diagnósticos, cada etapa resultou em um ou mais produtos que criam e aprimoram soluções para o funcionamento operacional dos gabinetes de membros.

As fases envolveram análises e propostas de redesenho e manualização dos fluxos de traba-

lho, do modelo de informações gerenciais, do suporte pericial, das práticas de gestão do conhecimento, dos métodos de organização do trabalho e da sistemática para captação de resultados de eficiência e eficácia dos gabinetes. O aprimoramento do modelo informacional da Corregedoria do Ministério Público Federal também esteve entre os benefícios da modernização dos gabinetes, buscando o avanço na análise qualitativa da atuação dos membros do MPF.

Entre as etapas, foram realizadas visitas e entrevistas presenciais em gabinetes, além de um Seminário de Modernização dos Gabinetes. Mais de **130** membros participaram ativamente do projeto e **313** membros validaram estatisticamente o trabalho por meio de pesquisa.

Até setembro de 2016, as etapas da modernização de gabinetes resultaram em diversas entregas, entre as quais se pode destacar:

- * Mapeamento e redesenho dos fluxos e rotinas de trabalho das três instâncias: permitindo identificar destaques na atuação das Procuradorias e disseminação das boas práticas, bem como identificar e tratar os pontos de atenção relacionados à atuação finalística;
- * Definição e validação da Cadeia de Valor dos Ofícios do MPF: o projeto definiu o modelo de atuação dos membros do Ministério Público Federal, a chamada Cadeia de Valor, resguardada a independência funcional dos membros, para que o órgão alcance a máxima efetividade no desempenho de sua função constitucional;
- * Aprimoramento do Gerenciador de Gabinetes: tornou-se mais intuitivo e com ferramentas que facilitam a gestão e o controle dos autos, com ênfase no acompanhamento de prazos, prescrições e movimentação de autos;
- * Nova versão do Sistema Único 2.0: nova interface que faz do Sistema Único uma 'Caixa de Ferramentas', concentrando o acesso às ferramentas do MPF para gabinetes como: Gerenciador Judicial, Gerenciador Extrajudicial, Aptus, Monitora, Estatísticas, Corregedoria, Sistema Pericial e Serviços de Pesquisa e Análise;
- * Instituição da Governança do Único: formada por membros de todas as instâncias e que prioriza os aprimoramentos do Sistema com foco nos resultados da atividade finalística; e
- * Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI – Processo Judicial Eletrônico): tramitação dos processos judiciais de forma totalmente eletrônica entre o Ministério Público Federal e o Poder Judiciário, com implantação já concluída na PGR/STJ, PRR1 e PRR4 e nos respectivos TRFs, com previsão para conclusão nas demais regiões em outubro de 2016, e PGR/STF, em dezembro de 2016.

Outros produtos da modernização de gabinetes têm como propósito criar e aprimorar soluções para o funcionamento operacional dos gabinetes de membros. Isso inclui o acompanhamento adequado em todas as instâncias dos processos judiciais e procedimentos administrativos, bem como em todas as etapas de triagem, designação, instrução, finalização e saída.

De junho de 2016 a setembro de 2017, a administração do MPF, a partir dos diagnósticos realizados pela consultoria, estará priorizando os projetos e iniciativas relacionados aos cinco eixos, quais sejam: Gestão do Conhecimento, Modelos de Organização do Trabalho, Sistema de Informações Gerenciais, Mensuração de Desempenho dos Membros e Certificação dos Gabinetes. As principais iniciativas e projetos no âmbito de cada um dos eixos, a serem implementadas até setembro de 2017 são:

- * Gestão do Conhecimento: a prioridade é finalizar os módulos Extrajudicial e Administrativo do Sistema Único, possibilitando a agilidade das comunicações internas e a redução do gasto com papel. Além disso, ações importantes de aprimoramento de mecanismos de divulgação e *feedback*, de padronização da qualidade de conteúdo e de aprimoramento dos sistemas disponíveis aos usuários serão realizadas para aperfeiçoar a criação, a transferência e aplicação do conhecimento dentro do MPF;
- * Modelos de Organização do Trabalho: nesse eixo serão estudados e propostos novos mode-

los de estruturação da força de trabalho do MPF, buscando adequar e preparar o órgão para as mudanças tecnológicas e temáticas em andamento. Assim, serão desenvolvidas ações que fortaleçam a atuação por meio de força-tarefa, o estudo para organização de novos arranjos da força de trabalho, como equipes volantes, serviços de apoio para tratativa de alto volume recorrente e apoio aos núcleos finalísticos. Também serão desenvolvidos estudos para reorganização da distribuição e vinculação dos ofícios e especialização por padrões temáticos de atuação. Outras ações importantes a serem realizadas nesse eixo dizem respeito à instrumentalização da disseminação do conhecimento altamente especializado dos membros, por meio de projetos como Mentoria e Banco de Teses.

- * Sistema de Informações Gerenciais: nesse eixo serão priorizadas as ações voltadas à uniformidade e à consistência das informações extraídas por meio de iniciativas que buscam estabelecer mecanismos de governança para a produção de relatórios e extração de dados, promovendo o treinamento dos responsáveis pela produção e pelos usuários e o ajustamento da coleta e armazenamento dos dados para atender às necessidades estratégicas;
- * Mensuração do Desempenho dos Membros: as ações desenvolvidas nessa temática buscam promover o refinamento dos resultados obtidos da atuação dos membros, subsidiando processos internos importantes, como a alocação de vagas prioritárias e a redefinição da distribuição e vinculação dos ofícios visando à especialização institucional alinhada às temáticas das Câmaras de Coordenação e Revisão e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Outras iniciativas relacionadas aos resultados dos membros, como estudos de produtividade, regularidade e efetividade, e monitoramento do tempo razoável do processo para temas prioritários, serão realizadas até setembro de 2017; e
- * Certificação dos Gabinetes: os gabinetes de membros passarão por um processo de certificação dos processos de trabalho, no qual membros e servidores receberão capacitação e apoio necessário para desempenhar suas atribuições de forma mais eficiente, eficaz. A Certificação tem como objetivo o alinhamento dos ofícios do MPF à Cadeia de Valor, a aplicação dos produtos do Mogab, a capacitação de membros e servidores para a utilização de ferramentas associadas à atuação finalística, bem como o aprimoramento da alimentação dos sistemas, gerando uma base de dados confiável.

2.4 Comunicação Social

A Comunicação Social do MPF ampliou sua participação nas redes sociais, promovendo ações coordenadas de sensibilização e mobilização da sociedade sobre temas de grande impacto social.

Somente no último ano, a página do MPF no Facebook cresceu em **408%**, registrando **270.398** novos seguidores em 12 meses. Cada postagem alcança uma média de 48 mil pessoas, enquanto o alcance total das postagens do mês é de 4,3 milhões de usuários únicos. Já a conta da PGR no Twitter registra 176 mil seguidores e consolidou sua posição de referência na veiculação de conteúdo atualizado sobre o MPF. As publicações no Twitter registram média mensal de **1,8 milhão** de visualizações. Entre outras ações, foram intensificadas as coberturas ao vivo de audiências públicas e votações no Congresso Nacional. A cobertura da sabatina do procurador-geral da República, por exemplo, foi feita em tempo real durante 12 horas seguidas.

Para ampliar o contato com a sociedade, em dezembro de 2015, foi lançado o Portal do MPF. O novo canal de comunicação traz como novidades a integração de todos os sites das unidades no MPF em apenas um endereço: www.mpf.mp.br. Assim, além de garantir o fortalecimento da identidade institucional e facilitar a busca por informações e serviços, o novo portal tem como premissas a acessibilidade e a responsividade.

Eleito como tema prioritário da gestão do procurador-geral da República, o Combate à Corrupção contou com o lançamento do site da Campanha 10 Medidas contra a Corrupção. A página apresenta a história da campanha, por meio de linha do tempo, com notícias sobre a evolução do projeto desde sua criação, em 2014, até a sua atual tramitação como Projeto de Lei (PL) nº 4.850/2016 na Câmara dos Deputados.

Além da temática Combate à Corrupção, foi ampliada a disseminação de informações e orientações sobre a atuação do MPF nas áreas de direitos humanos, ambiental, direitos do consumidor e eleitoral. Por meio dos canais institucionais de comunicação, o MPF passou a dialogar de maneira mais direta e célere com diversos públicos, ampliou a visibilidade e a transparência da instituição e buscou fortalecer a sua imagem.

2.4.1 Campanha nacional de combate à corrupção

A vontade de construir um Brasil mais justo, com menos corrupção e menos impunidade impulsionou o MPF a lançar, em março de 2015, a campanha nacional “10 Medidas contra a Corrupção”. A ideia era coletar 1,5 milhão de assinaturas de cidadãos para que as propostas de alterações legislativas pudessem ser apresentadas ao Congresso Nacional como projeto de lei de iniciativa popular. Desde que ganhou as ruas, a iniciativa foi bem recebida em todo o país por diversos segmentos da sociedade, entre eles, a ONG Transparência Internacional. Resultado: a campanha coletou mais de dois milhões de assinaturas em apenas oito meses, ultrapassando a meta inicial.

A campanha foi divulgada por meio de uma série de vídeos de animação, filipetas, *broadside*, cartazes, adesivos, entre outras peças. Dessa forma, foi possível esclarecer os principais efeitos esperados com as propostas: agilizar a tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações criminais; criminalizar o enriquecimento ilícito; instituir o teste de integridade para agentes públicos; aumentar as penas para corrupção de altos valores; responsabilizar partidos políticos e criminalizar a prática do caixa 2; agilizar o rastreamento do dinheiro desviado; alterar o sistema de prescrição; revisar o sistema recursal e as hipóteses de cabimento de *habeas corpus*.

2.4.2 Diálogo com a imprensa

Foram realizadas ações específicas de aproximação e divulgação de informações institucionais com os mais variados veículos de comunicação e jornalistas nacionais e internacionais.

Realizaram-se cinco grandes eventos que destacaram a atuação do procurador-geral da República em distintas áreas temáticas, como a devolução de sangue repatriado ao povo Yanomami, o lançamento do aplicativo para denúncias e pedidos de informações ao Ministério Público Federal, celebração do Dia Internacional de Combate à Corrupção e apresentação do módulo bancário do Sisconta, ferramenta que será usada nas eleições de 2016 para identificar eventuais fraudes e caixa 2.

Destaque, ainda, para a realização do seminário Grandes Casos Criminais Brasil-Itália, que reuniu especialistas brasileiros e internacionais para debater os efeitos de grandes investigações realizadas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário brasileiros no combate à corrupção. Nesse período, também foi realizada entrevista coletiva.

Em 2015, foram realizados **2.355** atendimentos à imprensa. Somente no período de janeiro a agosto de 2016, a equipe da Secretaria de Comunicação Social realizou **2.493** atendimentos a jornalistas brasileiros e estrangeiros.

A repercussão da atuação do MPF na mídia começou a ser analisada em 2013, e a medição dos resultados ultrapassou a meta de **90%** de notícias favoráveis, variando entre **92%** e **99%**.

2.5 Transparência

Para cumprir a diretriz institucional de transparência, o MPF conta com uma estrutura orgânica específica chamada Assessoria de Transparência e Informações Estratégicas, que tem o objetivo de gerenciar, consolidar e publicar todas as informações exigidas legalmente (www.transparencia.mpf.mp.br).

As informações disponíveis no site são periodicamente auditadas, tanto pela Assessoria de Transparência quanto pelo CNMP. Além de todas as informações que devem ser prestadas por força da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 –, o MPF publica os relatórios anuais de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, relatórios de cumprimento do limite de gastos com pessoal, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), e relatórios de gestão com informações de desempenho e cumprimento de resultados para a sociedade.

Desde 2014, o Portal da Transparência do MPF integrou ferramentas interativas de execução orçamentária e financeira, e, em abril de 2016, alcançou 95.7% de atendimento aos requisitos de transparência do CNMP. Cumpre mencionar que as informações da gestão estratégica disponíveis no Portal foram apontadas pelo CNMP como referência para todos os Ministérios Públicos.

Em relação ao diálogo, é importante ressaltar o amadurecimento da atuação conjunta entre o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos estaduais. A campanha de combate à corrupção, por exemplo, foi assinada por todos os Ministérios Públicos no Brasil, o que evidencia a relevância de um sistema contínuo de ações contra o crime. No sentido de cumprir esse compromisso, houve o fortalecimento da investigação criminal e a criação de uma Câmara de Coordenação e Revisão específica sobre o tema, assim como a criação de outra Câmara na temática do sistema prisional e do controle externo da atividade policial.

O desafio de incrementar a comunicação interna e externa do órgão é assunto prioritário. Isso é corroborado pela proposta de unificar as intranets, padronizando as páginas de todas as unidades para que tenham o mesmo leiaute, incluindo conteúdos nacionais e possibilidades de customização com conteúdo local. A unificação das intranets resulta, ainda, na economia de força de trabalho destinada ao seu suporte tecnológico.

Ademais, o Projeto *Business Intelligence* Bolsa Família, aprovado pelo procurador-geral da República, em 2015, é uma iniciativa das Câmaras Criminal e de Combate à Corrupção, envolvendo também a Secretaria de Pesquisa e Análise (Spea) e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Stic).

O trabalho tem o objetivo de oferecer tratamento sistematizado no combate a fraudes no Programa Bolsa Família e de extrair todo o potencial de ferramentas de inteligência adquiridas pelo MPF para auxiliar investigações de massa, além de contribuir para a transparência e o aprimoramento da aplicação de recursos públicos federais no âmbito do programa.

No primeiro semestre de 2016, o MPF concluiu a segunda avaliação nacional dos portais da transparência de estados e municípios brasileiros. A análise, que levou em conta aspectos legais e boas práticas de transparência, tem o objetivo de medir o grau de cumprimento de leis referentes à transparência no Brasil, numa escala que vai de zero a dez. Na primeira análise dos portais, em 2015, o Índice Nacional de Transparência era de 3,92 e, nessa segunda análise, alcançou a nota de 5,13, em razão da expedição de mais de três mil recomendações para a melhoria dos portais. Nessa segunda avaliação, mais de 100 municípios alcançaram nota dez no índice.

2.6 Aproximação com o cidadão

O MPF preza por receber o cidadão com qualidade. Para isso, fomenta a manutenção de salas de atendimento ao cidadão, em todas as unidades, dotadas de quantitativo próprio e adequado de servidores capacitados.

Em outra frente de aproximação com o cidadão, a Ouvidoria constitui-se em importante instrumento de gestão para promover a qualidade das atividades desempenhadas pelos membros do MPF.

2.6.1 Ouvidoria

A Ouvidoria contribuiu para garantir transparência, eficácia, economicidade, efetividade, presteza, compromisso público e ética às atividades desempenhadas pelos membros, órgãos, servidores e serviços auxiliares do MPF, bem como para estimular o diálogo com a sociedade.

Na figura a seguir, pode ser comprovada a atuação célere da Ouvidoria, preocupada em atender às solicitações com excelência, sempre disposta a estreitar o diálogo com a sociedade.

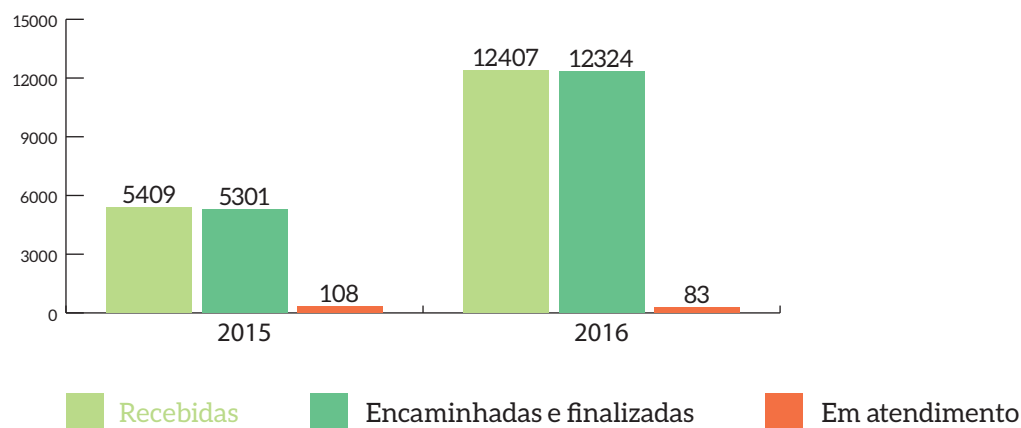


Figura 28 - Situação do atendimento de manifestações

Verifica-se também que a Ouvidoria do MPF apresenta uma atuação com abrangência Nacional, conforme exposto no gráfico a seguir.

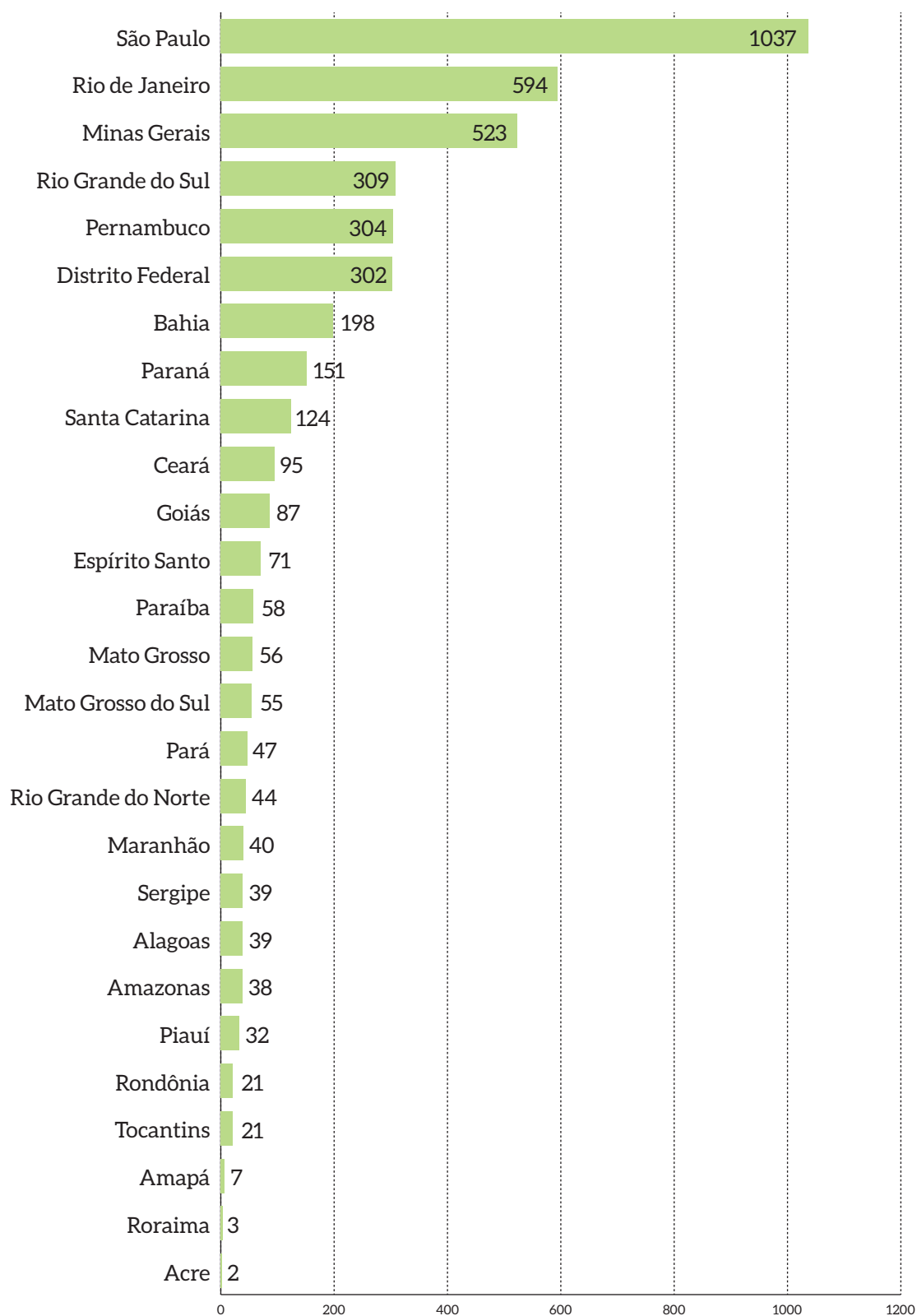


Figura 29 - Quantidade de atendimentos da Ouvidoria do MPF por estado

2.6.2 Atendimento ao cidadão e aos advogados

A Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC) é responsável por atender ao público em geral e aos advogados; é, portanto, a porta de entrada para o cidadão se comunicar com a instituição. Tanto na internet quanto em salas físicas, em cada unidade do MPF, os cidadãos podem solicitar informações e denunciar irregularidades.

Entre maio 2015 e agosto 2016, várias outras salas de atendimento foram implementadas em diversas unidades do MPF, atingindo um total de 205 salas de atendimento, incluindo as existentes nas PRRs e na PGR, o que representa um acréscimo de 31,4% de aumento em relação a 2015.

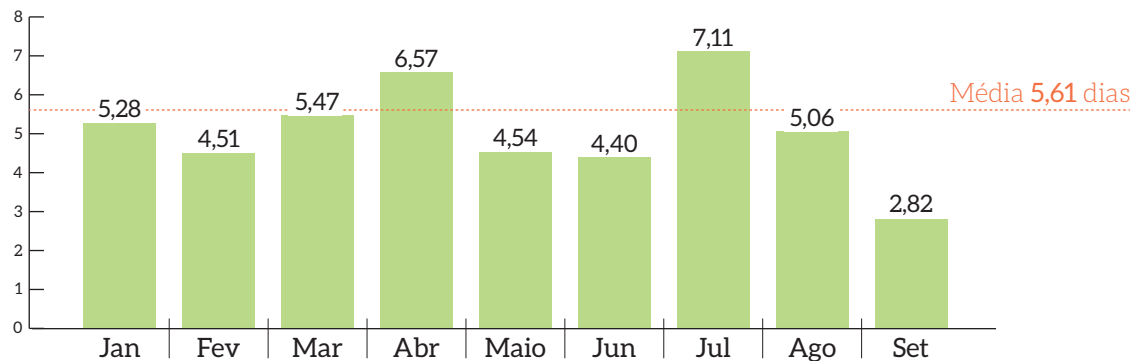


Figura 30 - Tempo médio de atendimento em 2016

Situação atual de todas as manifestações recebidas nas 205 salas de atendimento ao cidadão e advogados distribuídas em todas as unidades da Federação.

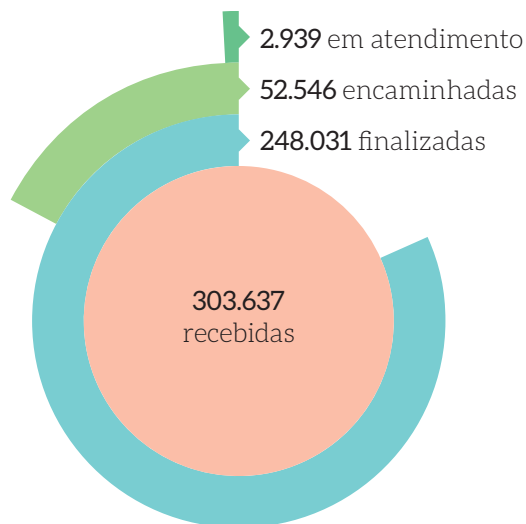


Figura 31 - Situação das manifestações recebidas nas salas de atendimento

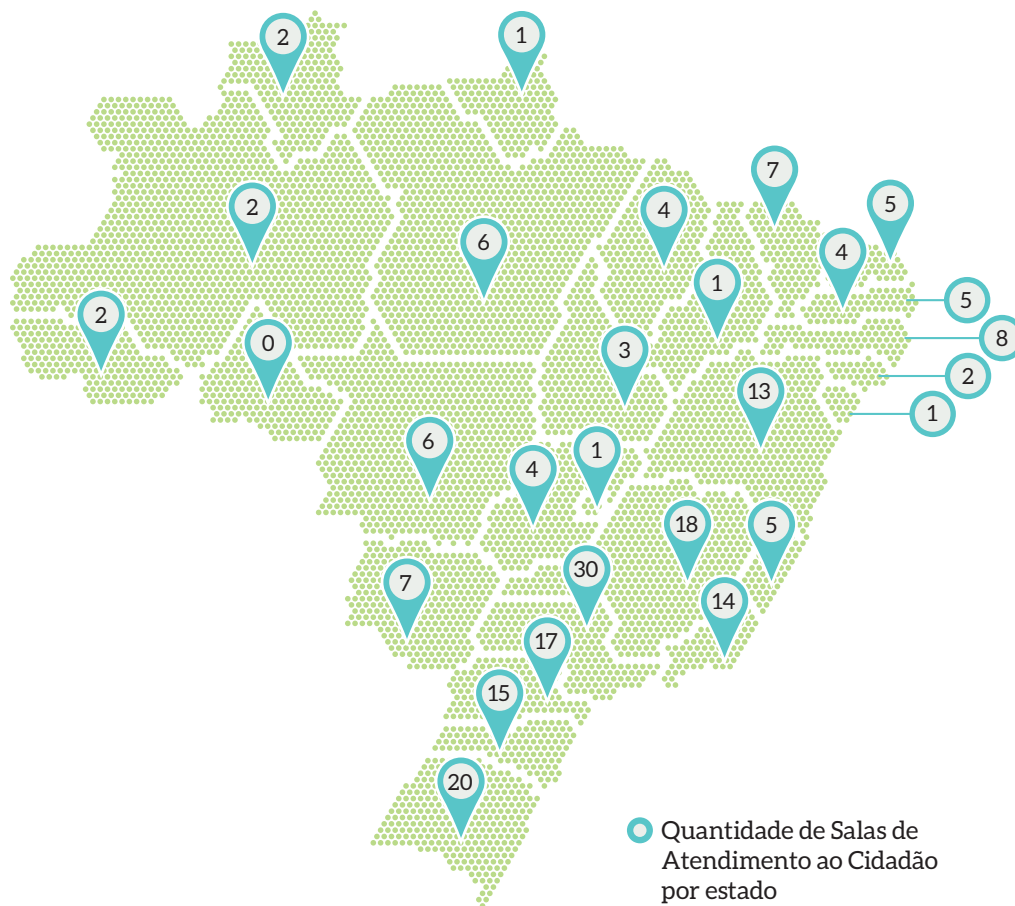


Figura 32 - Salas de Atendimento ao Cidadão por estado

2.7 Produtividade da atuação finalística

Entre setembro de 2015 e agosto de 2016, em relação à produtividade, a tabela a seguir resume a movimentação total de processos e de manifestações nas três instâncias do MPF. A análise quantitativa da atuação finalística se refere ao número de manifestações, quantidade de processos em trâmite, processos judiciais que entraram e saíram da instituição e procedimentos extrajudiciais instaurados/distribuídos e finalizados no Ministério Público Federal, retratando a dimensão da atuação do MPF e seu empenho em otimizar os recursos institucionais.

Foram tomados para análise tanto dados da atuação extrajudicial quanto da judicial, entre estes, o número de inquéritos e de processos nas áreas criminal e cível, o total de denúncias oferecidas, de termos de ajustamento de conduta, de recomendações e o total de manifestações dos membros do MPF.

Importante destacar que o número de manifestações proferidas nos procedimentos extrajudiciais já está incluído nos campos de manifestações de 1º e 2º grau e da PGR. Por essa razão, tais campos encontram-se sem valor registrado.

Membros		1º grau	2º grau	PGR	Procedimentos extrajudiciais
		791	216	74	1.008
Manifestações	Quantidade	1.422.279	308.205	306.006	-
	Média por membro	1.798	1.426	4.135	-
Processos em Trâmite	Quantidade	277.883	50.760	111.794	118.003
	Média por membro	351	235	1.510	116
Entradas / Distribuições no período	Quantidade	656.642	137.089	141.199	248.220
	Média por membro	830	634	1.908	245
Saídas / Finalizados no período	Quantidade	653.868	136.294	139.152	237.488
	Média por membro	826	630	1.880	235

No âmbito da atuação extrajudicial, há 1.008 membros, o que corresponde à soma de 791 de primeiro grau, 216 de 2º grau e de apenas 1 na PGR, por ser atribuição exclusiva do procurador-geral da República.

Os dados apresentados por meio da produção de estatísticas na atuação finalística refletem não apenas o empenho, mas também o acesso da população ao MPF, fruto dos esforços institucionais que facilitam o acesso à informação com a elevação do número de salas de atendimento ao cidadão, conforme será demonstrado a seguir, melhorias no Portal do Cidadão e apoio às inovações, como o aplicativo para dispositivos móveis: SAC MPF.

Inquéritos Cíveis do MPF

Assunto	Instaurados	Finalizados	Em andamento
Concurso Público	2.069	2.622	1.907
Controle Externo da Atividade Policial	670	893	584
Direito da Criança e do Adolescente	633	747	738
Direito do Consumidor	2.287	3.057	2.001
Direito Eleitoral	97	160	98
Direito Militar	501	495	436
Direitos Indígenas	1.784	2.260	2.968
Domínio Público	2.557	3.002	3.556
Educação	4.389	5.110	4.456
Improbidade Administrativa	15.331	18.988	20.343
Licitações	1.801	2.417	2.031
Meio Ambiente	4.446	6.236	8.103
Ordem Urbanística	97	98	105
Patrimônio Público	6.124	7.588	7.350
Pessoa Idosa	1.746	1.992	1.437
Pessoa com deficiência	1.365	1.745	1.679
Repasse Verbas Públicas	1.217	1.563	1.827
Repasse Verbas SUS	59	96	142
Responsabilidade Civil	1.942	2.090	3.004
Saúde	5.644	7.002	6.517
Servidor Público Civil	2.506	3.002	2.694
Total	57.265	71.163	71.976

Observação: procedimentos que tratam de mais de um assunto são contabilizados uma vez para cada assunto. A Tabela apresenta os movimentos dos autos de acordo com a Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011.

Entre os resultados alcançados, observa-se a efetividade positiva, considerando que o quantitativo de finalizações de inquérito civil supera a instauração de novos procedimentos. Dessa forma, é demonstrado que o MPF está conseguindo diminuir o acervo sob sua responsabilidade e, assim, proporciona uma atuação mais qualitativa.

Destacam-se, ainda, os procedimentos que tratam de improbidade administrativa e patrimônio público que representam os maiores volumes, bem como o quantitativo de resolução maior que o de instauração.

Termos de ajustamento de conduta - TAC e recomendações do MPF		
Assunto	TAC	Recomendação
Concurso Público	1	65
Controle Externo da Atividade Policial		54
Direito da Criança e do Adolescente	3	108
Direito do Consumidor	7	103
Direito Eleitoral		18
Direito Militar		28
Direitos Indígenas	1	277
Domínio Público	12	188
Educação	10	509
Improbidade Administrativa	98	6233
Licitações		53
Meio Ambiente	73	248
Ordem Urbanística		14
Patrimônio Público	17	282
Pessoa Idosa	1	254
Pessoa com deficiência	2	264
Repasse Verbas Públicas		367
Responsabilidade Civil	35	118
Saúde	10	718
Servidor Público Civil	4	278
Total	274	10.179

Observação: procedimentos que tratam de mais de um assunto são contabilizados uma vez para cada assunto. A Tabela apresenta os movimentos dos autos de acordo com a Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011.

Em relação aos termos de ajustamento de conduta (TAC) e recomendações do MPF, destaca-se a alta quantidade de recomendações expedidas pelo MPF em relação à improbidade administrativa, que se deveu ao fato da execução do Projeto Raio-X – Bolsa Família. Tal projeto, nas palavras da Secretária de Comunicação do MPF, serviu para identificar

[...] a partir de ferramenta de inteligência desenvolvida pela própria instituição, grupos de beneficiários com indicativos de renda incompatíveis com o perfil de pobreza ou extrema pobreza exigido pelas normas do programa Bolsa Família para a concessão do benefício. O levantamento, de abrangência nacional, é inédito porque não parte da autodeclaração de renda do cidadão, mas sim da análise do cruzamento de dados públicos fornecidas por diversas instituições, como Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Receita Federal e o próprio Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc).¹

¹ Disponível em: <<http://intranet.mpf.mp.br/raio-x-bolsa-familia>>. Acesso em: 16 set. 2016.

Procedimentos Extrajudiciais Criminais do MPF	Total
Arquivamento PIC	1.930
Denúncia PIC / NF	3.307

Sobre a quantidade de denúncias provenientes de procedimentos investigatórios criminais (PIC) e notícias de fato criminais (NF), há de se destacar a proatividade do MPF, uma vez que tais denúncias são fruto de trabalho exclusivo do Ministério Público Federal, diferentemente do que ocorre com as denúncias provenientes de inquéritos policiais.

Assuntos destaques da atuação judicial civil do MPF e receptividade do Judiciário

Direito do Consumidor	76%	
Improbidade Administrativa	76%	
Meio Ambiente	77%	
Patrimônio Público	73%	
Saúde	81%	
Ensino Superior e Ensino Fundamental	75%	

O índice de receptividade é calculado da seguinte forma: somam-se as ciências favoráveis e parcialmente favoráveis e o seu resultado é dividido pelo total de ciências favoráveis, parcialmente favoráveis e desfavoráveis em relação às decisões judiciais. Como resultado para o período destacado e sobre os assuntos referenciados, as manifestações apresentam índices de favorabilidade superiores à 73%.

Assuntos destaques da atuação judicial criminal do MPF e receptividade do Judiciário

Crimes contra a Administração Pública	84%	
Crimes contra a Fé Pública	82%	
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	74%	
Crimes contra o Patrimônio	82%	
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	84%	
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	88%	

Em relação à atuação judicial criminal, nota-se que a receptividade do Judiciário é ainda maior que na esfera cível. Ou seja, o MPF convence o Judiciário em seus posicionamentos, em cerca de 80% nos principais crimes julgados no país.



3. RESULTADOS DA ATUAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.1 Atuação do CNMP em números

Nos últimos anos, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) implementou um Calendário Anual de Sessões que interferiu diretamente e de forma muito positiva na definição das pautas de julgamento, facilitando a atividade do Colegiado e servindo, mais adequadamente, aos interesses institucionais e da sociedade. Foram realizadas 24 Sessões Ordinárias do CNMP e 2 Sessões Extraordinárias.

A remodelação do Sistema de Sessão Eletrônica foi outro importante passo realizado no sentido de melhorar a atividade finalística do CNMP. Em sua atual configuração, esse sistema contribui diretamente para a formação do juízo de convencimento dos membros do órgão e para a elevação do número de julgamentos e de apreciação de atos normativos.

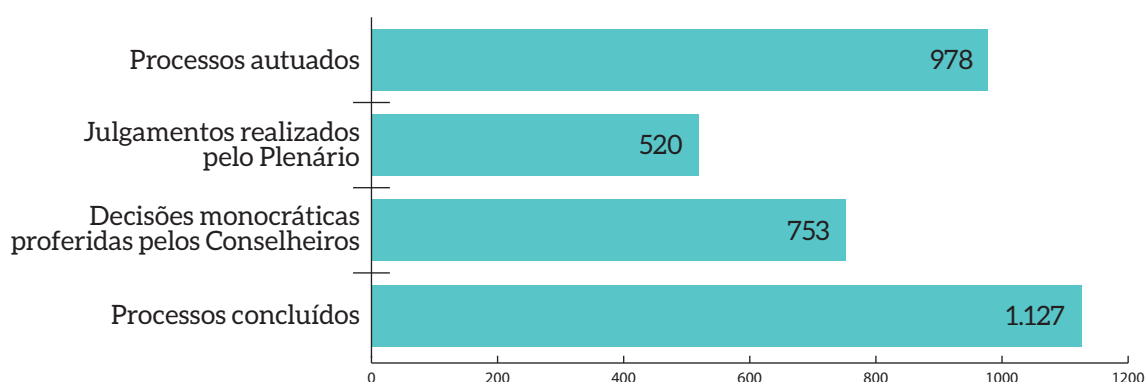


Figura 33 - Julgamentos e processos do CNMP

Observação: Os dados da Corregedoria e da Secretaria-Geral não entraram no gráfico. Dados referentes à atuação do Plenário do CNMP, de setembro de 2015 a agosto de 2016.

Outras medidas foram adotadas pela atual gestão para aumentar a eficiência na análise e no julgamento dos processos no CNMP. Uma delas foi a implementação do sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos processuais do CNMP, denominado Sistema ELO.

Desenvolvido por equipe do próprio órgão, com expressiva economia de recursos para os cofres públicos, o sistema permite que membros e servidores do Ministério Público, advogados e partes tenham acesso amplo às informações sobre processos em andamento no CNMP.

A atual gestão tem investido em formas de aumentar a eficiência na análise e no julgamento dos processos. Até agosto deste ano, ocorreram 362 julgamentos e 513 decisões monocráticas, segundo maior valor registrado desde 2005, perdendo apenas para o ano anterior, em comparação com o mesmo período dos anos anteriores.

A figura a seguir demonstra, em números, a atividade do CNMP nos últimos anos.

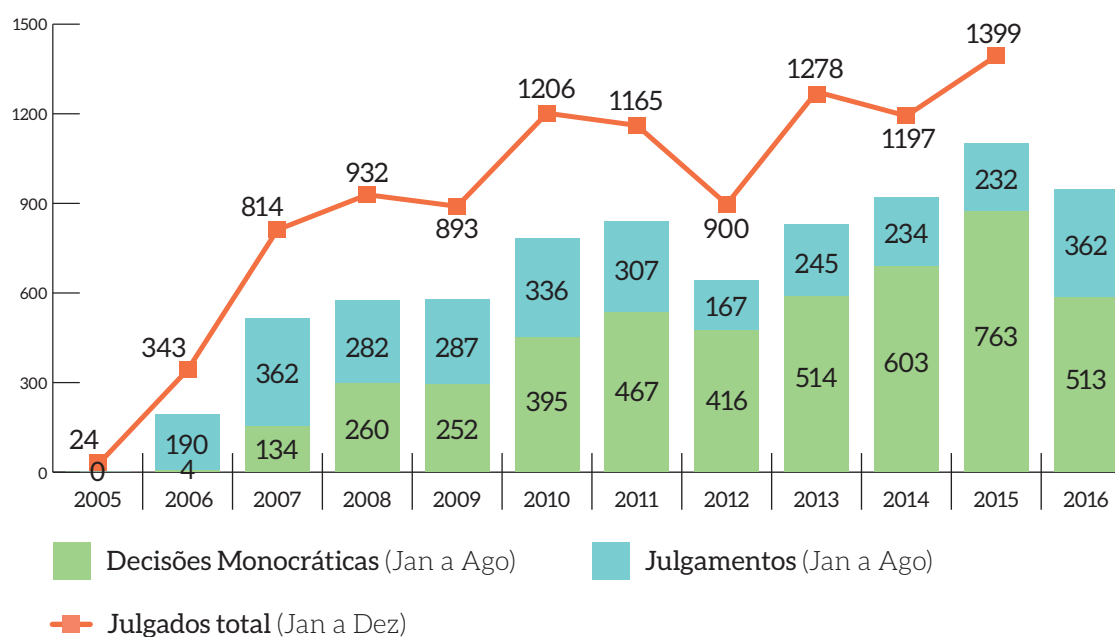


Figura 34 - Histórico de decisões e julgamentos do CNMP

3.2 Atividades de controle

Para o exercício 2015-2016, a Corregedoria Nacional concentrou os esforços no sentido de aprimorar a gestão da qualidade da atuação de controle, com a definição de objetivos e estratégias de atuação, materializadas no Plano de Ações definido a partir do Mapa Estratégico Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público.

Foram ainda incrementados os trabalhos da atividade executiva, com a realização de número significativo de inspeções e correções, conforme dados especificados no quadro a seguir:

Procedimentos autuados na Corregedoria Nacional – Setembro de 2015 a Agosto de 2016

Tipo	Quantidade	%
Reclamação disciplinar	443	86%
Sindicância	14	3%
Inspeção	45	9%
Correção	14	3%
Procedimento avocado	1	0%
Acompanhamento de decisões	1	0%
Total	518	100%

Resumo da movimentação processual na Corregedoria Nacional - Setembro de 2015 a Agosto de 2016

Situação	Quantidade
Processos Autuados	518
Processos Finalizados	280

No âmbito da gestão da informação, foram desenvolvidas novas ferramentas que possibilitaram a produção e o tratamento de dados. Assim, foram implementados os sistemas de *Business Intelligence* (BI), responsável por fornecer um retrato fiel do trabalho desenvolvido pela Corregedoria Nacional; o Sistema Nacional de Cadastro de Membros do Ministério Público (SCMMP), um modelo de *webservice* capaz de integrar as bases de dados das unidades locais com o Conselho Nacional do Ministério Público, espelhando a atual situação do Ministério Público; e o Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar, instrumento de acompanhamento dos procedimentos disciplinares em curso nas unidades locais do Ministério Público.

O encerramento da primeira metade do biênio 2015-2017 marca um novo capítulo na integração entre a Corregedoria Nacional e o Conselho Nacional do Ministério Público com o início da implantação do Sistema ELO na tramitação dos procedimentos disciplinares em curso na Corregedoria Nacional.

É importante ressaltar que o CNMP vem ratificando o entendimento de que sua atuação vai muito além da atividade disciplinar e de controle em sentido estrito. Atualmente, são concentrados esforços para uma atuação preventiva, com o objetivo de fortalecer estruturas locais e intensificar o perfil indutor de políticas institucionais e de unidade nacional do Ministério Público.

3.3 Atuação temática

A Portaria CNMP-PRESI nº 70, de março de 2014, organizou a estrutura e funcionamento dos comitês, fóruns, grupos de trabalho (GTs), representações e congêneres no/do CNMP. A norma promoveu profissionalismo ao estabelecer a rotina de planejamento com indicação das atividades, custos e cronograma no Plano de Gestão anual da instituição, transparência ao calendário de reuniões e economicidade ao definir três reuniões ordinárias coincidentes com a realização do Congresso de Gestão do MP.

No âmbito das Comissões – Planejamento Estratégico; Controle Administrativo e Financeiro; Preservação da Autonomia do Ministério Público; Defesa dos Direitos Fundamentais; Sistema Prisional, Controle da Atividade Policial e Segurança Pública; Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Infância e Juventude – foram realizadas diversas ações voltadas ao alcance dos objetivos institucionais de aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público e de contribuição para o aprimoramento do sistema de Justiça, dentre as quais se destacam:

- * Ação Nacional: Multiplicando a Estratégia;
- * Reuniões ordinárias do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público;
- * Avaliação e acompanhamento dos Portais da Transparência de todas as unidades do Ministério Público e do CNMP, por meio do “Transparentômetro”, instrumento pelo qual são verificados mais de 250 itens de avaliação, visando promover a plena observância da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e das Resoluções CNMP nºs 86/2012, 89/2012 e 115/2014;
- * Apresentação de notas técnicas com foco na preservação da autonomia do Ministério Público;
- * Estudos, iniciativas e estratégias nacionais afetos ao aprimoramento e unidade da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais;
- * Lançamento da Agenda Legislativa 2016;
- * Visitas técnicas em unidades de atendimento socioeducativo, para avaliação da forma de execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade; e
- * Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público com a temática “Convergência Institucional: Foco no Cidadão e Transformação Social”.

3.4 Estrutura de governança

A atual estrutura de governança, que inclui o Comitê de Gestão Corporativa e da Estratégia (CGCE), criado pela Portaria CNMP-PRESI nº 160/2014, alterada pela Portaria CNMP-PRESI nº 153, de 11 de dezembro de 2015, e subcomitês temáticos, com características técnica e consultiva, busca valorizar a participação de todas as áreas nos processos de tomada de decisões e possui a capacidade de definir o direcionamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público e de monitorar o cumprimento da estratégia, além de possuir capacidade de autoaperfeiçoar-se continuamente.

O CGCE já realizou diversas atividades, das quais se destacam a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), do Plano Diretor de Gestão de Pessoas (PDGP) do CNMP, do Plano Diretor da Corregedoria Nacional (PDCN), da revisão dos indicadores estratégicos do CNMP, com metas definidas até 2017, e da nova meta física de execução orçamentária vinculada ao Planejamento Estratégico do CNMP.

Convém ressaltar que, no ano de 2014, após sucessivas reuniões de monitoramento da estratégia, verificou-se que, sem embargo dos resultados significativos já alcançados para o Conselho Nacional, o PE-CNMP e o PEN-MP ainda reclamavam a adoção de algumas providências complementares necessárias à plena consecução de seus objetivos. Diante de tal constatação, na 21ª Sessão Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2014, o Plenário prorrogou a vigência desses Planos para 31 de dezembro de 2017.

Com a prorrogação do PE-CNMP, houve a necessidade de revisão dos indicadores e metas estratégicas. Esse trabalho foi realizado por um grupo de estudos denominado Grupo de Trabalho Indicadores (GT-IND), vinculado ao CGCE – instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 30, de 13 de março de 2015 – que, ao final, veio a propor 47 (quarenta e sete) indicadores e metas estratégicos.

Com o propósito de oportunizar a todos os integrantes do CNMP conhecer, em profundidade, o conteúdo da proposta e a situação dos atuais indicadores e metas, bem como alterá-los ou mesmo substituí-los, em agosto de 2015, foi realizado o *Workshop* “O futuro é agora: construindo novos indicadores e metas do Conselho”, evento que contou com ampla participação dos integrantes do CNMP.

Os participantes do *Workshop* analisaram todos os 47 (quarenta e sete) indicadores e metas propostos pelo GT-IND e, após amplos e profícuos debates, propuseram, nos subgrupos em que foram divididos, o total de 66 (sessenta e seis) encaminhamentos. Em reunião plenária, deliberou-se por promover alterações em 35 (trinta e cinco) indicadores e por aprovar o quantitativo final de 46 (quarenta e seis).

Após análise da Comissão de Planejamento Estratégico, com a elaboração do Parecer Técnico nº 01/2015, os conselheiros, na reunião administrativa que ocorreu em 22 de setembro de 2015, aprovaram a proposta das novas metas e indicadores estratégicos, com algumas alterações pontuais. Assim, em 26 de outubro de 2015, foi editada a Portaria CNMP-PRESI nº 138, que dispôs sobre os indicadores estratégicos do Planejamento Estratégico do CNMP e seus respectivos responsáveis pela coleta e pelo desempenho.

Durante a 18ª Sessão Ordinária do CNMP, realizada em 22 de setembro de 2015, restou registrada a aprovação dos 46 (quarenta e seis) novos indicadores e metas que nortearão a execução do PE-CNMP nos anos de 2016 e 2017.

Cumprindo ainda destacar que, em face da constatação de que os parâmetros orçamentários do Conselho não representavam adequadamente todo o espectro de sua atuação e que não guardavam conexão direta com o Planejamento Estratégico, o GT-IND, para além do trabalho citado acima, também desenvolveu estudos e propôs a revisão do programa, da ação, do produto e da meta física da execução orçamentária do CNMP.

Assim, o programa orçamentário anteriormente denominado “Controle da Atuação e Fortale-

cimento Institucional do Ministério Público” passou a ser “Aprimoramento do Ministério Público”; a ação “Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público e do Cumprimento dos Deveres Funcionais de seus Membros” passou a ser denominada “Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público”; o produto “Decisão proferida” passou a ser denominado “Estratégia Cumprida” – definido com base no Índice de Cumprimento da Estratégia (ICE), construído a partir da aplicação de pontos, variando de 0 a 10, sobre o desempenho dos indicadores estratégicos do CNMP; e a meta física passou a ser definida, em percentual, com base em tal índice.

Dando continuidade à modernização da gestão do CNMP, o CGCE, durante a sua 9ª Reunião Ordinária, realizada no dia 9 de dezembro de 2015, deliberou a elaboração de estudos para propor a metodologia de implementação da gestão de risco no CNMP. O Comitê, após a apresentação dos estudos em 1º março de 2016, durante a 10ª Reunião Ordinária, aprovou a criação de Grupo de Trabalho para validar a cadeia de valor do CNMP, propor metodologia de gestão de riscos e seu plano de implementação e propor a política de segurança institucional e também seu plano de implementação. Esse trabalho está sendo realizado por um grupo de estudos denominado Grupo de Trabalho Riscos (GT-Riscos), vinculado ao CGCE – instituído pela Portaria CNMP-SG nº 186, de 25 de julho de 2016.

3.5 Gestão administrativa

O CNMP tem, atualmente, um modelo de gestão democrática, que valoriza a participação de membros e servidores no cumprimento do Planejamento Estratégico da Instituição e nos processos de tomada de decisões.

O acompanhamento das metas e indicadores previstos no Planejamento Estratégico do CNMP é realizado nos níveis estratégico, tático e operacional, por meio de reuniões periódicas, que envolvem conselheiros, administração superior, membros auxiliares, gestores e servidores, visando ao seu monitoramento e cumprimento.

Um dos instrumentos para a concretização do Planejamento Estratégico é o Plano de Gestão Anual. Todas as ações que serão executadas no exercício são definidas ao final do ano anterior, submetidas ao Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia do CNMP - (CGCE) e incluídas no Plano de Gestão, a ser aprovado pela Administração Superior.

A fim de positivar as ações referentes ao Planejamento Estratégico do CNMP, foi editada a Portaria CNMP-PRESI nº 36 (fls. 89 a 111), de 5 de abril de 2016, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. O referido ato normativo, aprovado pelos conselheiros durante a 1ª sessão extraordinária ocorrida no dia 5 de abril de 2016, estabelece os princípios e valores que regulam o planejamento e a governança no âmbito do CNMP, além de normatizar todo o modelo de governança e gestão já implantado na instituição.

3.6 Parcerias Institucionais

Conselho continua expandindo o diálogo com instituições essenciais à administração da Justiça, com órgãos responsáveis pela proteção dos direitos fundamentais e, principalmente, com movimentos sociais de diversas áreas de atuação do Ministério Público.

No último ano, foram firmados acordos de cooperação visando:

- * Ao aperfeiçoamento e à atualização dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, membros e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o desenvolvimento de competências relacionadas às exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira e à implementação de ações complementares, tais como a realização de vistorias ou emissão de relatórios referentes à área de atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), visando assegurar a observância das regras de acessibilidade previstas na legislação brasileira;
- * À adesão à Rede Siconv para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, capacitação, e o fortalecimento da comunicação e da transparência, relativas às transferências voluntárias;
- * Ao acesso a dados constantes de cadastros geridos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e pelo Instituto Nacional do Seguro Social;
- * À colaboração recíproca no PROJETO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS “JOÃO CIDADÃO”, objetivando contribuir com o desenvolvimento da cultura de direitos humanos no Brasil, mediante a produção, publicação, disseminação e divulgação de conteúdo formativo e informativo sobre os direitos fundamentais e a atuação do Ministério Público, difundindo reflexões e ações que estimulem o reconhecimento e o exercício dos deveres e direitos de cada pessoa em situações concretas, com destaque à sua relevância cotidiana; e
- * À parceria com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais em projetos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.

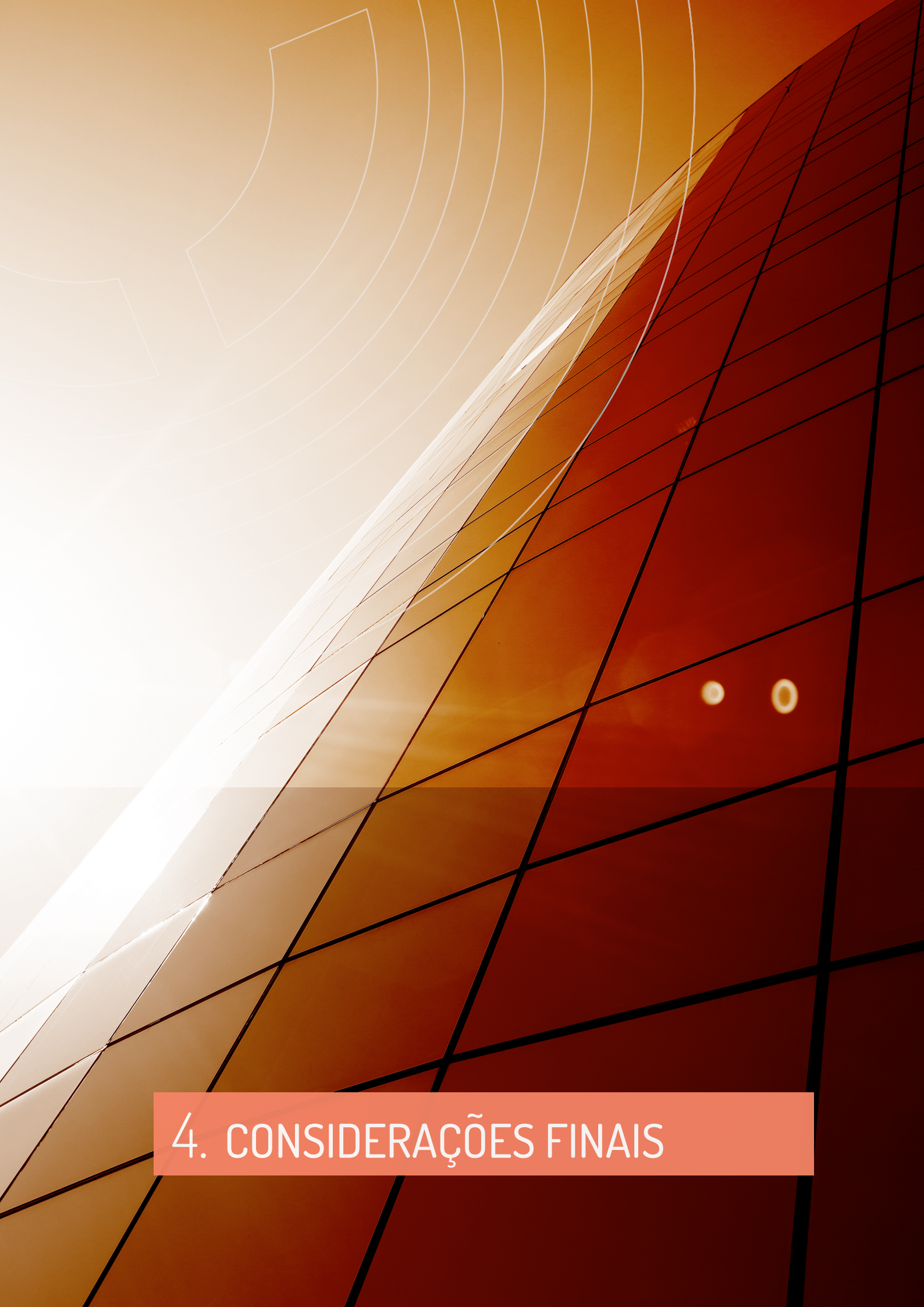
3.7 Relacionamento com a sociedade e o Ministério Público



O CNMP lançou, em 21 de junho, a quinta edição da publicação *Ministério Público – Um Retrato*. O documento traz dados sobre a atuação funcional e administrativa dos Ministérios Públicos Estaduais e dos quatro ramos do Ministério Público da União – os MPs Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios – ao longo do ano de 2015.

O relatório disponibiliza informações como número de inquéritos instaurados e movimentados, denúncias oferecidas, processos recebidos, além do índice de arquivamentos e de denúncias por tipo penal. A forma de exposição das tabelas e dos assuntos visa facilitar a visualização e a comparação dos dados, propiciando informações objetivas e simplificadas.

O MP – *Um Retrato* é apresentado anualmente com o objetivo de possibilitar conhecimento amplo do trabalho realizado pelo Ministério Público e de concretizar os objetivos da Lei de Acesso à Informação.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Resultados da Procuradoria-Geral da República, apresentado sinteticamente, reflete o empenho institucional em seguir as diretrizes de unidade, profissionalismo, efetividade e transparência.

No período em comento, a modernização institucional avançou na área finalística e chegou aos gabinetes dos membros, desde o Gabinete do Procurador-Geral da República até os gabinetes dos procuradores da República nos estados e municípios. Ferramentas de trabalho foram diagnosticadas e aprimoradas, o que ocorreu também com as formas de captação dos resultados. Esse foco se mostra necessário ainda por alguns anos para haurirmos cada vez mais os anseios da sociedade.

As forças-tarefas, sendo um modelo internacional de atuação de Ministérios Públicos, apresentaram-se como uma importante ferramenta organizativa, alavancando resultados do MPF e da PGR. Nesse sentido, as forças-tarefas permanecerão como uma forma priorizada de atuação no último ano da gestão.

Não admitindo a manutenção pura e simples do status quo e sem condescender com a perpetuação da impunidade em nosso país, as Dez Medidas contra a Corrupção representam um passo importante para o amadurecimento da segurança jurídica nacional.

Além dos resultados apresentados no Gabinete do Procurador-Geral da República na contínua redução de autos remanescentes da atuação com o STF, em seus autos extrajudiciais, foram estabelecidas duas metas a serem cumpridas na atual gestão: finalizar o acervo de 2013 a 2015 no ano de 2016 e finalizar o acervo de 2016 até julho de 2017. O Gabinete do PGR continuará aprofundando a política de qualidade com a priorização dos processos de repercussão geral e a ampla promoção e publicidade das teses jurídicas institucionais com o Supremo Tribunal Federal.

Tanto no Conselho Nacional do Ministério Público quanto no Ministério Público Federal esforços permanecerão sendo envidados para que, no curto prazo, o andamento processual na forma eletrônica em autos administrativos e finalísticos sejam uma realidade concreta e uma referência nacional. Outras medidas estruturantes para o processo eletrônico referem-se às previsões de integração do MPF com todos os Tribunais Regionais Federais até dezembro de 2016.

No período, foi notória também a aproximação com o cidadão por meio da efetiva implantação do aplicativo "SAC MPF" para dispositivos móveis. Os cidadãos, advogados e comunidade jurídica já podem, efetivamente, fazer denúncias em tempo real, solicitar informações e consultar andamentos processuais.

As sementes para avanços futuros estão sendo amadurecidas institucionalmente, tais como a especialização de ofícios, a organização por meio de forças-tarefas e equipes volantes, o aumento da capacidade de selecionar manifestações complexas das manifestações padronizadas, entre outras. Tudo para, cada vez mais, cercearmos a injustiça e evitar que os sucessivos escândalos de corrupção aconteçam no futuro, desestimulando práticas que causam danos materiais e imateriais à República Federativa do Brasil.

Todos os avanços do período caminham, conforme os preceitos estabelecidos constitucionalmente, para cumprir os anseios da sociedade, e para o alcance da visão institucional de reconhecimento, nacional e internacional, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.







MPF
Ministério Público Federal